

**– RELATÓRIO CONTÁBIL DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021 –
ÓRGÃO 36213 – AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR**

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 da Agência Nacional de Saúde Suplementar, órgão 36213.

1.1 APRESENTAÇÃO

A Coordenadoria de Contabilidade da ANS (CCONT), vinculada à Gerência Geral de Administração e Finanças (cujo titular é o ordenador de despesas da UG 253003 por delegação de competência), materializa-se como Setorial Contábil da ANS (UG 253030) nos termos do Decreto n.º 6.976/09, sendo responsável pelo acompanhamento das Unidades Gestoras Executoras da ANS, a saber:

- 253003 – Agência Nacional de Saúde Suplementar (Sede)
- 253032 – Gerência Geral de Ressarcimento ao SUS (SUS)
- 253033 – ANS - Coord. de Adm. Descentralizada / DF (CAD/DF)
- 253034 – ANS - Coord. de Adm. Descentralizada / SP (CAD/SP)

1.2 CONFORMIDADE

O processo de registro da conformidade contábil da Agência é efetuado na Coordenadoria por profissional com formação em Ciências Contábeis devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para esse fim, tendo por finalidade garantir a consistência, integridade, fidedignidade e confiabilidade dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, meio em que ocorre toda a execução dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da ANS.

Para subsidiar a conferência e o registro da conformidade contábil, mês a mês são verificados pelo conformista ocorrências espelhadas nas demonstrações contábeis; ocorrências de desequilíbrios identificados nos balancetes; existência de saldos invertidos (exceto contas nas quais é permitida a inversão de saldo) e de saldos irrisórios; falta de registro no SIAFI ou a existência de restrições que devem ser observadas na Conformidade de Registros de Gestão, nos dias em que ocorreram lançamentos contábeis nas unidades em acompanhamento, e que não foram saneadas no mês; conciliação do relatório de entradas, saídas e estoque interno de bens do almoxarifado (RMA) e de bens permanentes (RMB), com os registros contábeis constantes no SIAFI, por conta contábil; verificação quanto ao registro dos valores de depreciação/amortização mensal, por meio de relatórios do Tesouro Gerencial; verificação, naquilo que é possível e que chega ao conhecimento da Coordenadoria, quanto à correta conciliação de valores referentes a créditos controlados pelos sistemas internos da Agência com o montante registrado no SIAFI.

Portanto, esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 em cumprimento aos procedimentos estabelecidos na Macrofunção SIAFI 02.03.15 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

1.3 RESSALVAS

Somado ao trabalho de exercícios anteriores, em que foram consolidados os fluxos de trabalho que permitiram o registro de depreciação e controle de bens móveis, a classificação e individualização de itens de intangível (software), e, ainda, o correto registro da amortização daqueles que possuem vida útil definida, avançamos, no exercício de 2021, na contabilização das movimentações dos adiantamentos às operadoras de planos de saúde, mais notadamente a atualização monetária e classificação dos itens existentes quanto ao prazo esperado para recebimento (circulante ou não circulante). Seguimos, junto à Gestão da ANS, trabalhando para que nossas demonstrações contábeis representem de fato a realidade orçamentária, financeira e patrimonial da ANS, remanescendo como desafios para os próximos exercícios:

- a) REFLETIR NAS DEMONSTRAÇÕES DA ANS O TOTAL DE DÍVIDA ATIVA CONTROLADO PELO SISTEMA SAPIENS DÍVIDA, DA PGF/AGU (RESTRIÇÃO 301 - FALTA REMESSA MAPA GERENCIAL DIVIDA ATIVA): o processo de inscrição de créditos da ANS em dívida

- ativa é de responsabilidade da Procuradoria Federal junto à ANS (PF/ANS) e a cobrança efetuada pela PGF/AGU. Originalmente, o mesmo era todo efetuado junto ao Sistema de Controle de Dívida Ativa da ANS (SCDA). Assim, o montante registrado no SCDA segue sendo controlado e tendo suas movimentações contabilizadas a contento. Porém, com o advento do sistema SAPIENS, que posteriormente veio a ser regulamentado como o sistema base da PGF/AGU para cobrança da dívida ativa por meio do Decreto n.º 9.194/17, todo o processo tem sido feito diretamente naquele sistema, cujo uso é restrito a servidores daquele órgão. Há iniciativas em curso, junto a Contadores das próprias autarquias assessoradas pela PGF/AGU, para que se consiga consolidar as informações do sistema de forma a permitir às mesmas a contabilização dos valores lá registrados. Fora isso, a ANS, por meio de sua Gerência de Finanças e de sua Gerência de Tecnologia da Informação, e a PGF/AGU, intermediadas pela PF/ANS, têm trabalhado na integração entre os sistemas SAPIENS-Dívida (dívida ativa) x SIAR (cobrança da autarquia) x SCDA (dívida ativa), visando a produção da informação consolidada;
- b) **FALTA DE ATUALIZAÇÃO DE ATIVOS CIRCULANTES, FALTA DE RECLASSIFICAÇÃO DE VALORES CONFORME PRAZO DE RECEBIMENTO E FALTA DE ATUALIZAÇÃO DE ATIVOS NÃO CIRCULANTES (RESTRICÇÕES 604, 605 e 615):** não vêm sendo reconhecidos no Balanço Patrimonial os créditos relativos à taxa de saúde suplementar (Lei n.º 9.961/00), débitos das operadoras com o SUS (Lei n.º 9.656/98), créditos decorrentes de multas aplicadas tanto aos entes regulados quanto a empresas contratadas, por inexecução contratual, entre outros créditos. Como consequência, não há permuta dos saldos entre ativo circulante/ativo não circulante conforme prazo esperado para recebimento, da mesma forma que também não é registrada a atualização monetária. O problema decorre de limitação no sistema atual de arrecadação, o qual não é capaz de fornecer valores de acordo com cada um dos fatos contábeis passíveis de ocorrerem desde a sua constituição até a extinção. Ao passo que seguimos acompanhando o desenvolvimento de soluções tecnológicas por outras autarquias (a exemplo da ANATEL, com o ARCO), as áreas responsáveis pela cobrança desses créditos (GEFIN – multas e taxa de saúde suplementar; GERIS – débitos das operadoras com o SUS) trabalham com a nossa Gerência de Tecnologia da Informação no desenvolvimento de um modelo de mapa gerencial que possibilite a contabilização mensal das suas movimentações.

Assim sendo, considerando as informações acima indicadas, declaro que as demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, EXCETO no tocante às ressalvas apontadas.

Local	Rio de Janeiro/RJ	Data	31/12/2021
Contador Responsável	Igor dos Santos Bento	CRC n.º	RJ-123851/O-9

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A ANS, como órgão integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Governo Federal (OFSS), executa sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI e apresenta suas Demonstrações Contábeis conforme previsões da Lei n.º 4.320/1964, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP), Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 8ª edição) e Manuais do SIAFI.

As Demonstrações são extraídas diretamente do SIAFI e contemplam as informações consolidadas de todas as unidades integrantes do órgão 36213 - AGÊNCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR, estando sua estrutura e composição de acordo com o padrão estabelecido para a contabilidade aplicada ao setor público brasileiro.

O conjunto completo das demonstrações contábeis da ANS é composto por:

- 1) Balanço Patrimonial (BP);
- 2) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- 3) Balanço Orçamentário (BO);
- 4) Balanço Financeiro (BF);
- 5) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- 6) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- 7) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis;

2.2 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

– **Disponibilidades:** são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial, com suas respectivas atualizações sendo contabilizadas em contas de resultado. Sofreram variação com relação ao exercício anterior na ordem de -51,22% e a remuneração sobre as aplicações representaram 0,16% do total de variações patrimoniais aumentativas (aproximadamente R\$ 1,51 milhões);

– **Créditos e Dívidas:** são mensurados pelo seu valor original. Os riscos de recebimento são reconhecidos como ajustes para perdas, contabilizados em contas de resultado, cuja metodologia encontra-se descrita em notas explicativas. Cabem ressalvas, entretanto, com relação aos créditos: os decorrentes de receita de transação sem contraprestação (sejam eles de natureza tributária ou não tributária) não estão corretamente evidenciados no Balanço Patrimonial. O sistema de arrecadação da ANS (SIAR) não dispõe de relatórios que permitam a identificação de cada fato contábil deles decorrentes, o que inviabiliza o adequado registro. Há possibilidade de adesão a soluções desenvolvidas externamente (ANATEL e ME), bem como demandas internas de TI visando o desenvolvimento de um modelo de mapa gerencial que possibilite a contabilização mensal das movimentações desses créditos. Já com relação aos créditos inscritos em dívida ativa, só estão refletidos no Balanço os controlados via sistema de controle da dívida ativa da ANS (SCDA), porém, com o advento do Decreto n.º 9.194/17, a maioria das novas inscrições está sendo realizada pela Procuradoria Federal junto à ANS (PF/ANS) no sistema de gestão de dívida ativa da AGU (SAPIENS Dívida), cujo acesso é restrito a servidores daquele órgão. Há iniciativas em curso, junto a Contadores das próprias autarquias assessoradas pela PGF/AGU, para que se consiga consolidar as informações do sistema de forma a permitir às mesmas a contabilização dos valores lá registrados. Fora isso, trabalha-se com a possibilidade de integração das três soluções tecnológicas (SIAR, SCDA e SAPIENS) para a extração de relatórios consolidados. Os créditos de longo prazo (majoritariamente dívida ativa), líquidos do ajuste para perdas, sofreram variação de **1,00%** com relação ao exercício de 2020. Nesse exercício, houve ajuste para perdas representando 15,36% do total de variações patrimoniais aumentativas (-R\$ 148,93 milhões).

– **Estoques:** são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Uma vez distribuídos, são reconhecidos como despesa tendo em consideração seu valor de custo. O

total de variações patrimoniais diminutivas decorrentes do consumo de estoques ficou em aproximadamente R\$ 32,33 mil, menor 64% do que no exercício passado;

– **Imobilizado:** é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. No caso dos bens móveis, eles estão sujeitos à depreciação, efetuada pelo método das quotas constantes, utilizando a tabela de vida útil, valor residual e taxas estabelecidos pela Macrofunção 020330 do Manual SIAFI - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações. Cabe mencionar, para tanto, a utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, sistema que, entre outras funções, auxilia no controle de bens móveis e calcula a sua depreciação de acordo com o orientado na citada Macrofunção. Com relação aos bens imóveis, os mesmos encontram-se registrados no SPIUNET (“Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET”, “Autarquias/Fundações”). O sistema em questão é um dos instrumentos da SPU para gerenciar a utilização dos imóveis da União de caráter "Bens de Uso Especial", e ele executa automaticamente a atualização on-line dos lançamentos dos valores no SIAFI, inclusive no que diz respeito à depreciação. O total reconhecido a título de depreciação ficou em R\$ 2,32 milhões, 0,24% do total de variações patrimoniais aumentativas e 5,45% a mais que o exercício passado;

– **Intangível:** são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Até 2018 a ANS não vinha classificando corretamente os itens de intangível entre os que possuíam vida útil definida e os de vida útil indefinida, além de também não os individualizar. Entretanto, desde 2019, após trabalho desenvolvido em conjunto com a Área de Tecnologia da Informação, temos no SIAFI, a classificação (vida útil definida ou indefinida) e individualização de cada sistema utilizado pela ANS. No exercício, o total de amortização ficou em R\$ 238,56 mil e as demais variações representam novas aquisições.

– **Apuração de Resultado:** na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o desempenho econômico-financeiro da gestão pode ser avaliado mediante três resultados: patrimonial, orçamentário e financeiro. O primeiro diz respeito ao confronto entre as contas de variação patrimonial aumentativa (sofrem movimentação a crédito, sendo contrapartida de aumentos da situação líquida da entidade mediante geração de ativos ou extinção de passivos) e as contas de variação patrimonial diminutiva (sofrem movimentação a débito, sendo contrapartida de reduções na situação líquida da entidade mediante o reconhecimento de passivos ou desreconhecimento de ativos). O resultado será um superávit ou déficit patrimonial. Sob a ótica orçamentária, a apuração de resultado leva em consideração o art. 35 da Lei nº 4.320/1964, segundo o qual pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário, portanto, representa o confronto entre as contas de receitas orçamentárias realizadas e as de despesas orçamentárias empenhadas, expressado por superávit ou déficit orçamentário. Por último, o resultado financeiro tem em conta apenas as disponibilidades, sejam elas de natureza orçamentária ou extraorçamentária, variando ao longo do exercício via ingressos ou dispêndios. Todos os resultados possuem comentários apresentados em notas explicativas.

2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

São apresentados a seguir as demonstrações contábeis da ANS:

2.3.1 BALANÇO PATRIMONIAL

		R\$ mil	
ATIVO	NE	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		241.698,38	300.296,29
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	55.810,23	114.411,85
Créditos a Curto Prazo	02	183.727,88	184.213,53
Estoques		345,39	353,22
VPDs Pagas Antecipadamente		1.814,88	1.317,69
ATIVO NÃO CIRCULANTE		547.470,76	543.035,17
Ativo Realizável a Longo Prazo	02	497.829,33	490.740,33
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		18.016,78	12.797,36
Dívida Ativa Tributária		114.787,79	118.412,56
Dívida Ativa Não Tributária		4.241.521,61	4.118.118,81
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo		-4.344.646,34	-4.226.702,88

Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		468.149,49	468.114,49
Imobilizado	03	36.829,01	39.243,85
Bens Móveis		48.153,80	48.264,14
(-) Depreciação Acum. de Bens Móveis		-32.107,34	-29.802,88
Bens Imóveis		20.783,64	20.782,59
(-) Depreciação Acum. de Bens Imóveis		-1,09	-1,05
Intangível	04	12.812,42	13.050,99
Softwares		12.806,45	13.283,58
(-) Amortização Acum. de Softwares		-	-238,56
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		5,97	5,97
(-) Amortização Acum. de Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-
TOTAL DO ATIVO		789.169,14	843.331,46

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		NE	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE			178.366,56	149.418,92
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	05		20.922,20	18.802,80
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	06		55,05	28,07
Demais Obrigações a Curto Prazo	07		157.389,31	130.588,04
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			9.814,96	2.182,27
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Longo Prazo			364,36	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			77,93	-
Demais Obrigações a Longo Prazo			9.372,67	2.182,27
TOTAL DO PASSIVO			188.181,52	151.601,19
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Resultados Acumulados			600.987,63	691.730,27
Resultado do Exercício			-90.867,75	-14.024,14
Resultados de Exercícios Anteriores			691.730,27	719.286,34
Ajustes de Exercícios Anteriores	08		125,10	-13.531,92
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			600.987,63	691.730,27
/				
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO			789.169,14	843.331,46

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

2.3.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

		R\$ mil	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	2021	2020
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10	42.195,30	48.394,58
Taxas		42.195,30	48.394,58
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	11	1.292,11	752,52
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.292,11	752,52
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	12	6.824,77	1.343,29
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		5.243,58	-
Juros e Encargos de Mora		69,02	71,50
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		1.512,17	1.271,79

Transferências e Delegações Recebidas	13	324.238,97	318.406,40
Transferências Intragovernamentais		324.238,97	318.266,57
Outras Transferências e Delegações Recebidas		-	139,83
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	14	37.467,11	35.492,75
Reavaliação de Ativos		-	2,44
Ganhos com Incorporação de Ativos		49,02	768,03
Ganhos com Desincorporação de Passivos		37.418,08	34.722,27
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	15	557.758,30	801.797,72
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		8.403,28	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		549.355,02	801.797,72
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		969.776,56	1.206.187,27

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	2021	2020
Pessoal e Encargos	16	189.103,69	187.142,75
Remuneração a Pessoal		149.840,94	149.027,49
Encargos Patronais		34.387,52	33.436,36
Benefícios a Pessoal		4.338,24	4.632,69
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		536,99	46,21
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	17	9.701,25	8.066,58
Aposentadorias e Reformas		7.785,32	6.183,61
Pensões		848,85	779,11
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.067,08	1.103,86
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	18	223.309,16	136.842,56
Uso de Material de Consumo		32,34	89,56
Serviços		220.716,67	134.314,41
Depreciação, Amortização e Exaustão		2.560,14	2.438,59
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		0,00	0,02
Descontos Financeiros Concedidos		-	0,02
Transferências e Delegações Concedidas	19	445.498,55	452.428,85
Transferências Intragovernamentais		445.146,66	452.088,32
Transferências ao Exterior		257,13	192,08
Outras Transferências e Delegações Concedidas		94,76	148,45
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	20	192.840,23	435.497,30
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		148.934,49	401.203,87
Perdas Involuntárias		1,90	-
Desincorporação de Ativos		43.903,84	34.293,43
Tributárias	21	101,26	142,85
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	54,06
Contribuições		101,26	88,79
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	21	90,17	90,50
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		90,17	90,50
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		1.060.644,31	1.220.211,41
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	22	-90.867,75	-14.024,14

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

2.3.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS

R\$ mil

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	418.964,46	418.964,46	384.722,46	-34.242,00
Receitas Tributárias	51.409,93	51.409,93	57.128,74	5.718,81
Taxas	51.409,93	51.409,93	57.128,74	5.718,81
Receita Patrimonial	634,43	634,43	2.783,29	2.148,86
Valores Mobiliários	634,43	634,43	1.491,81	857,38

Demais Receitas Patrimoniais	-	-	1.291,48	1.291,48
Receitas de Serviços	77,01	77,01	0,62	-76,39
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	77,01	77,01	0,62	-76,39
Outras Receitas Correntes	366.843,09	366.843,09	324.809,81	-42.033,28
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	366.843,09	366.843,09	324.807,40	-42.035,69
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	2,42	2,42
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (I)	418.964,46	418.964,46	384.722,46	-34.242,00
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-10.055,64	-	10.055,64
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-10.055,64	-	-

DESPESAS

R\$ mil

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	337.901,67	327.796,03	288.875,71	277.611,72	265.959,86	38.920,32
Pessoal e Encargos Sociais	187.254,00	193.393,04	191.511,83	191.406,88	180.256,91	1.881,21
Outras Despesas Correntes	150.647,67	134.402,99	97.363,88	86.204,85	85.702,96	37.039,11
DESPESAS DE CAPITAL	4.500,00	4.550,00	2.012,82	1.776,09	1.776,09	2.537,18
Investimentos	-	50,00	4,65	3,40	3,40	45,35
Inversões Financeiras	4.500,00	4.500,00	2.008,17	1.772,69	1.772,69	2.491,83
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	303.722,68	303.722,68	-	-	-	303.722,68
TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (II)	646.124,35	636.068,71	290.888,53	279.387,81	267.735,95	345.180,18

SUPERÁVIT (NE 23)

R\$ mil

SUPERÁVIT (III) = (I - II)			93.833,93			-93.833,93
TOTAL (IV)	646.124,35	636.068,71	384.722,46	279.387,81	267.735,95	251.346,25

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

2.3.4 BALANÇO FINANCEIRO (NE 24)

R\$ mil

INGRESSOS	2021	2020	DISPÊNDIOS	2021	2020
Receitas Orçamentárias	384.722,46	403.216,35	Despesas Orçamentárias	290.888,53	303.960,80
Ordinárias	-	-	Ordinárias	5.366,40	8.528,36
Vinculadas	392.928,07	408.738,98	Vinculadas	285.522,13	295.432,44
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	191.472,24	25.158,68
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	392.928,07	408.738,98	Previdência Social (RPPS)	-	4.176,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-8.205,61	-5.522,63	Dívida Pública	-	9.829,20
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	94.049,89	256.268,56
Transferências Financeiras Recebidas	324.238,97	318.266,57	Transferências Financeiras Concedidas	445.140,36	452.088,32
Resultantes da Execução Orçamentária	281.773,60	292.131,95	Resultantes da Execução Orçamentária	2.980,19	3.817,00
Repasse Recebido	279.226,30	288.750,85	Repasse Concedido	431,19	435,90
Sub-repasse Recebido	2.547,30	3.381,09	Sub-repasse Concedido	2.547,30	3.381,09
Independentes da Execução Orçamentária	42.465,37	26.134,62	Sub-repasse Devolvido	1,70	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	7.477,14	407,82	Independentes da Execução Orçamentária	442.160,18	448.271,32
Demais Transferências Recebidas	265,00	845,00	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	301,17	223,87
Movimentação de Saldos Patrimoniais	34.723,23	24.881,79	Demais Transferências Concedidas	23,47	1,35
			Movimento de Saldos Patrimoniais	441.835,54	448.046,10
Recebimentos Extraorçamentários	978.846,54	906.944,26	Despesas Extraorçamentárias	1.010.380,70	846.726,35
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	11.651,86	11.135,52	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	11.135,48	11.673,98

Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	11.500,72	14.699,08	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	7.521,27	13.199,48
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	929.975,50	859.844,78	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	991.720,92	821.850,22
Outros Recebimentos Extraorçamentários	25.718,46	21.264,88	Outros Pagamentos Extraorçamentários	3,03	2,67
Arrecadação de Outra Unidade	25.718,46	21.264,88	Demais Pagamentos	3,03	2,67
Saldo do Exercício Anterior	114.411,85	88.760,15	Saldo para o Exercício Seguinte	55.810,23	114.411,85
Caixa e Equivalentes de Caixa	114.411,85	88.760,15	Caixa e Equivalentes de Caixa	55.810,23	114.411,85
TOTAL	1.802.219,83	1.717.187,32	TOTAL	1.802.219,83	1.717.187,32

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

2.3.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (NE 24)

	R\$ mil	
	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS OPERAÇÕES	-56.711,55	33.241,99
INGRESSOS	1.664.655,40	1.602.592,58
Receitas Derivadas e Originárias	384.722,46	403.216,34
Receita Tributária	57.128,74	47.950,41
Receita Patrimonial	1.291,48	702,43
Receita de Serviços	0,62	50,09
Remuneração das Disponibilidades	1.491,81	1.277,08
Outras Receitas Derivadas e Originárias	324.809,81	353.236,33
Outros Ingressos das Operações	1.279.932,94	1.199.376,23
Ingressos Extraorçamentários	929.975,50	859.844,78
Transferências Financeiras Recebidas	324.238,97	318.266,57
Arrecadação de Outra Unidade	25.718,46	21.264,88
DESEMBOLSOS	-1.721.366,95	-1.569.350,59
Pessoal e Demais Despesas	-250.888,02	-262.804,45
Administração	-14,33	-
Previdência Social	-7.480,71	-6.939,88
Saúde	-243.353,27	-255.835,22
Encargos Especiais	-39,72	-29,35
Transferências Concedidas	-33.614,62	-32.604,93
Intragovernamentais	-33.397,20	-32.442,20
Outras Transferências Concedidas	-217,41	-162,73
Outros Desembolsos das Operações	-1.436.864,32	-1.273.941,21
Dispêndios Extraorçamentários	-991.720,92	-821.850,22
Transferências Financeiras Concedidas	-445.140,36	-452.088,32
Demais Pagamentos	-3,03	-2,67
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.890,07	-7.590,29
DESEMBOLSOS	-1.890,07	-7.590,29
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3,40	-4.572,94
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-1.886,67	-2.540,21
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-477,13
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-58.601,62	25.651,71
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	114.411,85	88.760,15
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	55.810,23	114.411,85

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

2.3.6 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NE 09)

	R\$ mil	
	Resultados Acumulados	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020	719.286,34	719.286,34
Ajustes de Exercícios Anteriores	-13.531,92	-13.531,92
Resultado do Exercício	-14.024,14	-14.024,14

Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00
Saldo Final do Exercício 2020	691.730,27	691.730,27

	Resultados Acumulados	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	691.730,27	691.730,27
Ajustes de Exercícios Anteriores	125,10	125,10
Resultado do Exercício	-90.867,75	-90.867,75
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00
Saldo Final do Exercício 2021	600.987,63	600.987,63

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

2.3.7 NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – Caixa e Equivalentes a Caixa

Integram esse item de demonstrativo valores numerários e outros bens e direitos conversíveis, evidenciados em moeda nacional.

Em 31/12/2021, a Agência Nacional de Saúde Suplementar apresentava um saldo total de R\$ 55.810.231,69 em disponibilidades, dos quais R\$ 13.983.433,97 dizem respeito a recursos da conta única aplicados e R\$ 41.826.797,72 referem-se a saldo disponível em limite de saque.

O total de aplicações, segregando-se por fonte de recursos, está detalhado conforme a seguir:

Tabela 01 – Total de Aplicações por Fonte de Recursos

					R\$
Fonte Recursos	Descrição da Fonte	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	
0150253003	Receitas Próprias - ANS	4.094.105,17	2.536.926,55	61,38%	
0180253003	Recursos Financeiros Arrecadados - ANS	7.051.765,76	6.212.250,72	13,51%	
0190000000	Passivos Financeiros	2.837.563,04	2.694.394,26	5,31%	
Total		13.983.433,97	11.443.571,53	22,19%	

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Já com relação a limite de saque, este é o seu detalhamento:

Tabela 02 – Saldo em Limite de Saque Detalhado por Fonte

					R\$
Fonte Recursos	Descrição da Fonte	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	
0100000000	Recursos Ordinários	5.275.554,38	0,00	-	
0118033907	Receitas de Concursos de Prognósticos (Seguridade Social)	4.097.379,20	0,00	-	
0144000000	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	0,00	3.712.985,57	-100,00%	
0150253003	Receitas Próprias - ANS	688,48	0,00	-	
0151000000	Recursos Livres da Seguridade Social	588.543,26	0,00	-	
0153000000	Rec. Dest. Atividades-Fins da Seguridade Social	1.622.154,00	0,00	-	

0174253003	Taxa de Saúde Suplementar, Multas por infração à Legislação de Saúde Suplementar	296.282,18	7.426.112,71	-96,01%
0350160013	Renda de Serviços Administrativos	5.600,60	0,00	-
0190000000	Passivos Financeiros	29.940.595,62	91.829.182,54	-67,40%
Total		41.826.797,72	102.968.280,82	-59,38%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Na fonte 0190, que é a mais representativa da conta Limite de Saque, fica alocado todo o montante disponível na UG SUS. Esse saldo tem contrapartida com depósitos restituíveis naquela UG, posto que os recursos são decorrentes da arrecadação prevista no art. 32 da Lei n.º 9.656/98 e apenas transitam pela ANS. Seu destinatário final é o Fundo Nacional de Saúde (UG 257001). Por pertencer ao FNS e ser transferido semanalmente, descontinuou-se a prática de mantê-los em conta de Aplicação.

O saldo de caixa e equivalentes sofreu variação negativa de 51,22% com relação a 31/12/2020 e responde por 7,07% do total do ativo. A variação negativa explica-se pelo fato do saldo pendente de repasse ao Fundo Nacional de Saúde ser bem inferior ao que existia no exercício anterior.

Nota 02 – Créditos a Receber

A Curto Prazo

O total de R\$ 183.727.883,06 de créditos a curto prazo (posição em 31/12/2021) representa 23,28% do total do ativo e houve uma variação negativa de 0,26%, com relação a 31/12/2020, conforme detalhamento a seguir:

Tabela 03 – Detalhamento de Créditos a Curto Prazo

	R\$		
	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Empréstimos Concedidos a Receber	50.481,46	0,00	-
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	-
13º Salário - Adiantamento	1.371.204,80	1.142.917,03	19,97%
Adiantamento de Férias	0,00	0,00	-
Salários e ordenados - Pagamento Antecipado	117.899,31	132.673,61	-11,14%
Créditos Parcelados	182.139.685,92	182.139.685,92	0,00%
Adiantamento – Termo Exec. Descentralizada	0,00	770.000,00	-100,00%
Remuneração de Recursos Aplicados Na Conta Única a Receber	48.611,57	28.252,59	72,06%
Total	183.727.883,06	184.213.529,15	-0,26%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

A partir do trimestre anterior surgiu uma nova rubrica no Curto Prazo, qual seja, Empréstimos Concedidos a Receber. Nessa rubrica passaram a ser registradas as parcelas de curto prazo, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC, a vencer nos próximos doze meses, referentes aos adiantamentos que estiverem em parcelamento. Esses empréstimos têm sua origem no Longo Prazo conforme Nota que consta abaixo referente à Tabela 04 – Detalhamento de Créditos a Longo Prazo.

Ressalva se faz necessária quanto aos valores de créditos tributários a receber e créditos parcelados: não estão reconhecidos no Balanço Patrimonial os créditos relativos à taxa de saúde suplementar (Lei n.º 9.961/00), débitos das operadoras com o SUS, créditos decorrentes de multas aplicadas tanto a entes regulados (por infração à legislação de saúde suplementar) quanto a empresas contratadas (por inexecução contratual), entre outros créditos, exceto os mencionados no parágrafo anterior. Como consequência, não há permuta dos saldos entre ativo circulante/ativo não circulante conforme prazo esperado para recebimento, da mesma forma que também não é registrada a atualização monetária. O valor de Créditos Parcelados que consta nos demonstrativos foi contabilizado em exercícios passados com base em relatórios extraídos do sistema de gestão de créditos da ANS, entretanto, caso

se optasse por manter a contabilização com base nos mesmos, havia o risco de viés ainda maior nos demonstrativos. Verificamos, no sistema, que alguns créditos coexistem tanto na fase pré-inscrição quanto após inscrição em dívida ativa. Se forem parcelados antes da inscrição, passam a existir em dois universos, se após, três. Com relação aos valores parcelados, o sistema só é capaz de evidenciar informação passível de contabilização em dois momentos: na concessão e na quitação. No curso do parcelamento, o crédito continua registrado com o valor total parcelado, incorrendo em atualização monetária sobre seu montante total até a quitação.

Ressalte-se que não está mais sendo apresentado o saldo de Dívida Ativa no Curto prazo, uma vez que o relatório do sistema interno de controle de créditos a receber em dívida ativa (SCDA) não faz a separação entre curto e longo prazos. Assim, o saldo está classificado integralmente no longo prazo, que tem seu valor igual ao do relatório mencionado.

Quanto aos saldos existentes nas contas 13º Salário – Adiantamento e Adiantamento de Férias, são explicados pelo cumprimento da Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento, que determina que mensalmente deve ser feita a confrontação do lado do ativo com o do passivo, de forma que seja apresentado apenas o lado que tiver o maior saldo.

No que diz respeito à conta “Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada” (previsto no Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013), refere-se a adiantamentos feitos a outros órgãos, ligados ao Ministério da Saúde e Ministério da Educação para elaboração de estudos técnicos-científicos de avaliação de tecnologias em saúde, tendo em vista a possibilidade de sua incorporação ao Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde. Vale registrar que houve a prestação de contas e o valor adiantado foi desincorporado do ativo definitivamente, registrado em conta de Variação Patrimonial Diminutiva.

A Longo Prazo

O realizável a longo prazo da Agência constitui a conta mais representativa em termos percentuais relacionada ao ativo total, de 63,08%, e sofreu variação positiva de 1,44% face ao período anterior:

Tabela 04 – Detalhamento de Créditos a Longo Prazo

	R\$		
	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Empréstimos concedidos a Receber	18.016.779,20	12.797.356,17	40,79%
Dívida Ativa Tributária	114.787.790,93	118.412.562,48	-3,06%
Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária	(114.584.616,54)	(118.221.918,25)	-3,08%
Dívida Ativa Não Tributária	4.241.521.613,58	4.118.118.812,98	3,00%
Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Não Tributária	(4.230.061.722,94)	(4.108.480.965,82)	2,96%
Depósitos Judiciais Efetuados	35.600,00	600,00	5.833,33%
Créditos Parcelados	468.113.886,16	468.113.886,16	0,00%
Total	497.829.330,39	490.740.333,72	1,44%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

A conta de empréstimos a receber, com saldo apenas na UG Sede, representa valores adiantados pela ANS às operadoras de planos de saúde por força do disposto no art. 33, § 2º da Lei n.º 9.961/00 e na Resolução Normativa de nº 300/2012. Até o trimestre findo em 30/06/2021, apesar dos adiantamentos serem controlados pela área de arrecadação, o valor dos juros e atualização monetária, pela Taxa SELIC, não vinham sendo registrados no SIAFI, em face da inexistência de um sistema específico de controle. Apesar dessa falta, a área de arrecadação e a Gerência Financeira, elaboraram controles através de planilhas, que permitiram uma informação mais fidedigna e por conseguinte viabilizar o registro desses valores. O cálculo está baseado no § 2º do art. 33 da Lei 9961/2000; art. 47 da Resolução Normativa- RN nº300 de 2012; art. 37-A da Lei 10.522/2002, alterada pela Lei 11.941/2009 c/c § 3º do art. 5º da Lei nº 9430/1996. Os adiantamentos efetuados podem ser parcelados, conforme previsto no art. 42 da Resolução Normativa – RN 300 de 2012. Resumindo, o valor ora apresentado, de R\$ 18.016.779,20, contempla os valores originais adiantados, os respectivos juros e atualização monetária e as parcelas de longo prazo, acima da quantidade de doze, dos adiantamentos que foram parcelados. Considerando que esses registros passaram a ser feitos apenas a partir do 3º trimestre,

existiam valores pendentes de atualização de exercícios anteriores, causando lançamento de ajuste, bem como a variação de 40,79% em relação a 31/12/2020.

Nas demais, Dívida Ativa Tributária e Não Tributária, representam valores que passaram da fase de cobrança administrativa e tiveram sua gestão repassada à Procuradoria Federal junto à ANS (PF/ANS). Os valores refletem apenas a posição dos créditos de acordo com o Sistema de Controle da Dívida Ativa da ANS (SCDA), embora tenhamos conhecimento de que parte da dívida vem sendo controlada pelo sistema SAPIENS Dívida (sistema de gestão de dívida ativa da Advocacia Geral da União), ao qual a ANS não tem acesso. Com relação a esse montante, a PF/ANS não tem encaminhado relatório para fins de contabilização. Como consequência, os valores relacionados a essa rubrica estão subavaliados.

Quanto ao cálculo do ajuste para perdas de dívida ativa tributária e não tributária, encontra-se explicado na Nota 20.

A exemplo do que ocorre com os créditos de curto prazo, nesse grupo de contas cabe a mesma ressalva quanto aos valores de dívida ativa (tributária e não tributária) e créditos parcelados.

Nota 03 – Imobilizado

O imobilizado da Agência contém saldo em contas de bens móveis e de bens imóveis, sendo que apenas as UGs Sede, CAD/DF e CAD/SP possuem itens nessas contas (todas em bens móveis e apenas a Sede em bens imóveis). Respondem por 4,67% do ativo total e sofreu variação negativa de 6,15% desde o último exercício. Inicialmente, as movimentações em conta de imobilizado ocorrem via liquidação de despesas (entrada dependente do orçamento), com base no valor de aquisição, ou via lançamento de incorporação, com base nos valores indicados em laudos, quando decorrentes de doações ou transferências (entrada independente do orçamento). Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, redução ao valor recuperável e reavaliação. Gastos posteriores à aquisição, quando destinados à incorporação a outros bens, também são contabilizados junto aos itens de imobilizado. Quando destinados à manutenção, são considerados variações patrimoniais diminutivas.

Vale ressaltar a implantação (por enquanto apenas na UG 253033 - CAD/DF), em julho de 2019, do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, o qual possui, entre outras funcionalidades, a de controlar os bens móveis do Imobilizado e calcular a depreciação de acordo com as orientações expressas na Macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI.

Tabela 05 – Composição do Imobilizado

	R\$		
	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Valor Contábil Bruto - Bens Móveis	48.153.801,05	48.264.144,14	-0,23%
Depreciação/Amortização/Exaustão - Bens Móveis	(32.107.339,68)	(29.802.884,64)	7,73%
Valor Contábil Bruto - Bens Imóveis	20.783.637,30	20.783.637,30	0,00%
Depreciação/Amortização/Exaustão - Bens Imóveis	(1.091,73)	(1.049,27)	4,05%
Total	36.829.006,94	39.243.847,53	-6,15%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Bens Móveis

Atualmente, o saldo total de bens móveis da Agência é de R\$ 16.046.461,37. A composição está disposta a seguir:

Tabela 06 – Detalhamento de Bens Móveis

	R\$		
	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.269.014,15	1.265.616,15	0,27%
Bens de Informática	32.864.499,01	32.867.900,01	-0,01%
Móveis e Utensílios	13.523.016,85	13.633.356,94	-0,81%

Material Cultural, Educacional e de Comunicação	305.229,49	305.229,49	0,00%
Veículos	25.766,90	25.766,90	0,00%
Demais Bens Móveis	166.274,65	166.274,65	0,00%
Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(32.107.339,68)	(29.802.884,64)	7,73%
Total Geral	16.046.461,37	18.461.259,50	-13,08%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Como se pode observar, salvo a conta de Depreciação Acumulada em decorrência das cotas mensais, os Bens Móveis da ANS praticamente não sofreram variação. Seu saldo encontra-se distribuído entre três Unidades Gestoras Executoras: Sede, CAD/DF e CAD/SP, sendo que a UG CAD/SP está em processo de desativação e terá seus bens móveis transferidos para a Sede.

Tabela 07 – Detalhamento de Bens Móveis por UG

	Posição por UG, em 31/12/2021. R\$			
	Sede	CAD/DF	CAD/SP	Total
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.091.601,88	37.855,64	139.556,63	1.269.014,15
Bens de Informática	32.356.210,95	368.361,86	139.926,20	32.864.499,01
Móveis e Utensílios	11.749.669,10	353.176,59	1.420.171,16	13.523.016,85
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	284.206,73	19.844,77	1.177,99	305.229,49
Veículos	25.766,90	0,00	0,00	25.766,90
Demais Bens Móveis	163.182,07	0,00	3.092,58	166.274,65
Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(31.145.885,68)	(624.212,08)	(337.241,92)	(32.107.339,68)
Total Geral	14.524.751,95	155.026,78	1.366.682,64	16.046.461,37

Fonte: SIAFI, 2021

Em obediência ao princípio da competência, as entidades devem apropriar, ao resultado de um período, o desgaste ou a perda da vida útil do seu ativo imobilizado ou intangível, por meio do registro da despesa de depreciação, amortização ou exaustão. No caso da ANS, o cálculo da depreciação vem sendo realizado por sistema de controle patrimonial interno (no caso da UG Sede, até que o SIADS seja implantado) e pelo SIADS (no caso da UG CAD/DF, já implantado). Com fundamento nas orientações da Macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, desde o momento em que o bem é colocado à disposição para uso, utiliza-se o método das quotas constantes para o seu cálculo, o qual tem por referência o valor bruto contábil do bem, sua vida útil e seu valor residual. Os dois últimos, segundo disposições da Macrofunção, são estimados conforme a seguir:

Tabela 08 – Vida Útil x Valor Residual, por Categoria de Bens Móveis

	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
Aparelhos de medição e orientação	15	10
Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20
Equipam/utensílios médicos, odontológicos, lab. e hospitalares	15	20
Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10
Máquinas e equipamentos energéticos	10	10
Máquinas e equipamentos gráficos	15	10
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10
Equipamentos de processamento de dados	5	10
Aparelhos e utensílios domésticos	10	10
Máquinas e utensílios de escritório	10	10
Mobiliário em geral	10	10
Coleções e materiais bibliográficos	10	0
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10
Veículos em geral	15	10

Peças não incorporáveis a imóveis	10	10
Material de uso duradouro	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30

Bens Imóveis

Como relatado, apenas a UG Sede possui saldo nesse item:

Tabela 09 – Composição de Bens Imóveis

	R\$		
	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Valor Contábil Bruto - Bens Imóveis	20.783.637,30	20.783.637,30	0,00%
Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(1.091,73)	(1.049,27)	4,05%
Total	20.782.545,57	20.782.588,03	0,00%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

O bem que se relaciona com o saldo dessa conta é o imóvel situado à Av. Augusto Severo, 84, sede da ANS (sete andares e uma loja no térreo), o qual encontra-se também registrado no SPIUNET ("Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET", "Autarquias/Fundações").

O sistema em questão é um dos instrumentos da SPU para gerenciar a utilização dos imóveis da União de caráter "Bens de Uso Especial", o qual executa automaticamente a atualização on-line dos lançamentos dos valores no SIAFI.

Nota 04 – Intangível

Todo o saldo relacionado a intangível está concentrado na UG Sede, representa 1,62% do ativo total da ANS e sofreu uma variação negativa de 1,83%, quando comparado ao saldo, em 31/12/2020. Abaixo, os valores que compõem o seu saldo:

Tabela 10 – Composição do Intangível

	R\$		
	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Softwares	12.806.450,94	13.283.578,94	0,00%
Amortização Acumulada de Softwares	0,00	(238.563,96)	-100,00%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	5.974,00	5.974,00	0,00%
Total	12.812.424,94	13.050.988,98	-1,83%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Vide abaixo a Composição dos Softwares:

Tabela 11 – Composição de Softwares com Vida Útil Definida

	R\$		
	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Softwares	0,00	477.128,00	-100,00%
Amortização Acumulada de Softwares	(0,00)	(238.563,96)	-100,00%
Total	0,00	238.564,04	-100,00%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

O software de firewall existente, em 31/12/2020, foi totalmente amortizado ao longo de 24 meses, iniciados a partir de 31/12/2019, uma vez que era o prazo contratual. Dessa forma, em 30/12/2021, foi procedido o lançamento de apuração do valor contábil do bem intangível, resultando em saldo zero tanto na conta de Software com Vida Útil Definida como na conta Amortização Acumulada.

Tabela 12 – Composição de Softwares com Vida Útil Indefinida

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Softwares	11.073.853,17	11.073.853,17	0,00%
Softwares em Fase de Desenvolvimento	1.732.597,77	1.732.597,77	0,00%
Total	12.806.450,94	12.806.450,94	0,00%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Em novembro de 2019 foi concluído o trabalho, desenvolvido em conjunto com a Área de Tecnologia da Informação, de identificação dos Softwares, viabilizando a individualização, no SIAFI, de cada sistema utilizado pela ANS. A área técnica constatou também que os Softwares existentes até então, concluídos ou em desenvolvimento, possuíam vida útil indefinida. Considerando os valores das tabelas 11 e 12 acima, encontra-se abaixo uma tabela com cada sistema, inclusive com detalhamento de valores:

Tabela 13 – Detalhamento dos Softwares

Sistema	Descrição	Software	Software em Desenvolvimento	Total Geral
Sistema Gerenciador de Banco de Dados (atende a todos os sistemas da ANS)	Sistema Gerenciador de banco de dados, responsável por gerir as bases de dados da ANS	R\$ 5.123.298,36	R\$ 0,00	R\$ 5.123.298,36
PERSUS	O Protocolo Eletrônico de Ressarcimento ao SUS (PERSUS), tem como objetivo enviar notificações de cobrança de decisão de cobrança e recebe protocolo de impugnação e recursos das operadoras.	R\$ 2.530.704,00	R\$ 0,00	R\$ 2.530.704,00
RPS	Aplicativo para solicitação, habilitação e manutenção da autorização de comercialização de plano privado de assistência à saúde. No RPS são registradas informações relativas aos planos privados de assistência à saúde, tais como rede assistencial hospitalar e características de dispositivos contratuais	R\$ 64.000,96	R\$ 49.624,39	R\$ 113.625,35
CADOP	O cadastro de operadoras mantém registradas informações referentes às operadoras de planos privados de assistência à saúde, tais como: razão social, endereços, nome dos administradores e representantes, data de registro das operadoras, participações societárias, entre outras	R\$ 153.643,77	R\$ 341.103,70	R\$ 494.747,47
SIF	Sistema que permite cadastrar, acompanhar e mediar reclamações e irregularidades referentes a operadoras de planos de saúde no Brasil	R\$ 164.151,50	R\$ 75.017,59	R\$ 239.169,09
TISS	O sistema foi criado com a finalidade de permitir a recepção e armazenamento, pela ANS, dos dados enviados sob a forma de arquivos XML pelas operadoras de planos privados de saúde ativas no setor de saúde suplementar e devidamente registradas junto à Agência, referentes à atenção à saúde prestada a seus beneficiários. O sistema inclui um conjunto de rotinas automatizadas destinadas a coletar, qualificar, analisar e dispor os dados do Padrão TISS	R\$ 162.131,24	R\$ 61.130,23	R\$ 223.261,47
SIB	Sistema que agrega os dados dos cadastros de beneficiários informados à ANS pelas operadoras de planos de saúde, por meio de envio de arquivos no formato XML	R\$ 45.097,84	R\$ 7.001,05	R\$ 52.098,89
SAGA	O SAGA faz o gerenciamento dos códigos gerados para resgates de ativos garantidores vinculados em fundos de investimento dedicados à ANS, de acordo com a RN n.º 392/2015. Cria códigos para que as operadoras de planos de saúde possam resgatar os valores vinculados nesses fundos e armazena status de resgate ou pendência, para que os analistas saibam se as operadoras já realizaram o procedimento completo	R\$ 3.240,36	R\$ 0,00	R\$ 3.240,36

Sistema	Descrição	Software	Software em Desenvolvimento	Total Geral
QUALISS	O Sistema QUALISS consiste no estabelecimento de atributos de qualificação relevantes para o aprimoramento da qualidade assistencial oferecida pelos prestadores de serviços na saúde suplementar, bem como na forma pelos quais eles são obtidos; na avaliação da qualificação dos prestadores de serviços na Saúde Suplementar; e na divulgação dos atributos de qualificação	R\$ 20.167,90	R\$ 0,00	R\$ 20.167,90
DIOPS	O Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde – DIOPS foi instituído com a finalidade de coletar informações cadastrais e financeiras para o acompanhamento das operadoras no que tange a saúde econômico-financeira e a manutenção dos dados cadastrais	R\$ 21.515,85	R\$ 0,00	R\$ 21.515,85
SISRH	Sistema de RH	R\$ 172.444,08	R\$ 100.807,47	R\$ 273.251,55
E-REC	Sistema de recolhimento integrado ao SISTER	R\$ 110.528,00	R\$ 45.027,32	R\$ 155.555,32
SGR	O sistema possui funções complementares ao SCI para controle de documentos, análises de petições de impugnações e recursos pelas operadoras, e cobrança de atendimentos no âmbito do ressarcimento ao SUS. Contém módulos específicos para essas funções e alguns relatórios de apoio gerencial	R\$ 10.600,66	R\$ 0,00	R\$ 10.600,66
SCI	Permite o registro, a análise e os controles de impugnações, documentos, processos e cobranças do Ressarcimento SUS	R\$ 5.413,11	R\$ 0,00	R\$ 5.413,11
SIAR	Sistema que permite a gestão da arrecadação de taxas e multas pela ANS, incluindo a geração de GRU pela operadora	R\$ 16.877,11	R\$ 0,00	R\$ 16.877,11
SISACOMP	Sistema executável responsável por realizar o acompanhamento das Operadoras. O sistema é utilizado somente no âmbito interno pelos Analistas da DIOPE	R\$ 47.205,90	R\$ 68.471,85	R\$ 115.677,75
PROMOPREV	Sistema que tem como objetivo cadastramento de programas de prevenção, o monitoramento dos programas cadastrados na ANS, alteração das informações cadastradas nos programas sem a perda do histórico destas informações e o acompanhamento dos programas	R\$ 12.043,23	R\$ 0,00	R\$ 12.043,23
DLP	Permite o controle de processos administrativos relativos a doenças e lesões pré-existentes, onde, de forma automatizadas, é feito o acompanhamento dos processos de DLP (doenças e lesões pré-existentes), que são instaurados pelas operadoras contra os beneficiários, sob suspeita de terem omitido informações sobre patologia e/ou lesão no momento da contratação do plano	R\$ 5.231,93	R\$ 0,00	R\$ 5.231,93

Sistema	Descrição	Software	Software em Desenvolvimento	Total Geral
Power Designer	Ferramenta para gestão de modelagem de base de dados	R\$ 182.310,41	R\$ 0,00	R\$ 182.310,41
SCDA	Permite o registro e acompanhamento dos processos encaminhados à dívida ativa pela PROGE	R\$ 3.034,67	R\$ 0,00	R\$ 3.034,67
EVENTOS	Sistema de controle de Eventos Institucionais da ANS	R\$ 13.410,75	R\$ 0,00	R\$ 13.410,75
Portal ANS	Sítio eletrônico da ANS	R\$ 13.081,55	R\$ 0,00	R\$ 13.081,55
SIG	Permite a disponibilização de informações gerenciais como um painel, onde estão consolidadas informações de diferentes bases de dados. Está organizado em 4 seções: beneficiários, operadoras, produtos e área financeira	R\$ 446,00	R\$ 0,00	R\$ 446,00
SISTER	Sistema de gestão de ressarcimento ao SUS	R\$ 5.471,59	R\$ 0,00	R\$ 5.471,59
MIDAS	Novo Sistema de Dívida Ativa integrado com o SAPIENS Dívida	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 20.000,00
SINERGIA	Sistema destinado a gerir o processo de representação de operadoras	R\$ 16.344,72	R\$ 0,00	R\$ 16.344,72
SOPHIA	Sistema de gestão de biblioteca	R\$ 54.470,00	R\$ 0,00	R\$ 54.470,00
SOFTWARE DE BACKUP	Software de backup	R\$ 1.296.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.296.000,00
CATA	Cadastro de taxas por atos	R\$ 17.780,83	R\$ 0,00	R\$ 17.780,83
SIP	O SIP tem por objetivo o acompanhamento da assistência prestada pelas operadoras. O envio é realizado trimestralmente pelas operadoras, sendo composto por dados agregados de eventos, beneficiários fora de carência e despesas assistenciais líquidas referentes a diversos itens assistenciais tais como consultas médicas, outros atendimentos ambulatoriais, exames, terapias, internações e procedimentos odontológicos	R\$ 2.371,96	R\$ 0,00	R\$ 2.371,96
STA	Sistema de Transmissão de arquivos	R\$ 52.147,27	R\$ 0,00	R\$ 52.147,27
SISLIQ	Sistema de gestão de Liquidações	R\$ 101.088,93	R\$ 24.113,24	R\$ 125.202,17

Sistema	Descrição	Software	Software em Desenvolvimento	Total Geral
SIAGA	O sistema tem o objetivo de apoiar algumas tarefas do Monitoramento da Garantia de Atendimento, que ocorre periodicamente e está previsto na Instrução Normativa nº 48, de 2015, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos. O sistema possui as funcionalidades de gerar relatórios (analíticos e sintéticos) sobre as operadoras de saúde em relação ao referido monitoramento. Pelo sistema também são gerados e disponibilizados documentos para as operadoras de planos de saúde. Há um módulo interno e outro para acesso das operadoras que, dentre outras coisas, visualizam seus resultados e dados no monitoramento em questão	R\$ 5.397,49	R\$ 0,00	R\$ 5.397,49
MOODLE	Sistema de Curso à Distância	R\$ 45.841,19	R\$ 2.893,42	R\$ 48.734,61
PAF	Sistema Web (Java) responsável por realizar a análise financeira das Operadoras. O sistema é utilizado somente no âmbito interno pelos Analistas da DIOPE	R\$ 47.020,01	R\$ 8.832,38	R\$ 55.852,39
CARTA DE SERVIÇO	O sistema possui funcionalidades que permitem ao usuário cadastrar: Canal de Atendimento, Público-Alvo, Eixo Direcional, Objetivo Estratégico, Macroprocesso, Processo, Informativo, Formas de Comunicação e Responsável. Também existe os módulos Interno e Externo para os usuários consultarem todos os serviços e produtos que a ANS oferece	R\$ 66.927,38	R\$ 65.480,23	R\$ 132.407,61
MYCROSTRATEGY (ferramenta da BI)	Sistema de Análise de dados	R\$ 462.412,62	R\$ 0,00	R\$ 462.412,62
SOFTWARE DE ANÁLISE DE VULNERABILIDADE	Software de análise de vulnerabilidade.	R\$ 0,00	R\$ 134.163,25	R\$ 134.163,25
SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE REDE	Software de gerenciamento de rede	R\$ 0,00	R\$ 92.131,65	R\$ 92.131,65
SOFTWARE HIPERCONVERGENTE	Software de gerenciamento dos servidores (físicos)	R\$ 0,00	R\$ 656.800,00	R\$ 656.800,00
SOFTWARE DE FIREWALL	Software de Firewall	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL		R\$ 11.073.853,17	R\$ 1.732.597,77	R\$ 12.806.450,94

Nota 05 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo

O saldo neste Subgrupo, em 31/12/2021, era de R\$ 20.922.199,47. Esse valor representa 2,65% do Passivo e Patrimônio Líquido e apresenta uma variação positiva de 11,27%, quando comparado ao saldo, em 31/12/2020. A composição encontra-se demonstrada abaixo:

Tabela 14 – Composição do Subgrupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Salários, Remunerações e Benefícios	10.689.308,62	10.162.861,99	5,18%
Décimo Terceiro Salário a Pagar	0,00	0,00	-
Férias a Pagar	8.862.854,77	8.304.890,16	6,72%
Precatórios de Pessoal	511.107,15	152.770,49	234,56%
Precatórios de Benefícios Previdenciários	677.800,05	0,00	-
Benefícios Assistenciais a Pagar	90.489,96	88.854,37	1,84%
Contribuição a Entidades de Prev. Complementar	90.638,92	93.425,84	-2,98%
Total	20.922.199,47	18.802.802,85	11,27%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Os saldos nas contas de Décimo Terceiro Salário a Pagar e Férias a Pagar são explicados pelo cumprimento da Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento, que determina que mensalmente deve ser feita a confrontação do lado do ativo com o do passivo, de forma que seja apresentado apenas o lado que tiver o maior saldo.

A partir de setembro de 2019, o relatório, que fornece os dados contábeis/financeiros referentes às férias, passou a contemplar não só 1/3 relativo ao abono constitucional como também o próprio salário dos Servidores.

Segue abaixo a composição do saldo da conta Precatórios de Pessoal, cujo registro ocorre pelos respectivos Tribunais Regionais Federais:

Tabela 15 – Detalhamento de Precatórios de Pessoal

Data	Unidade de Origem	Conta de Variação Diminutiva	Valor Lançado
26/07/2021	090048 - - TRF 2ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.1.1.1.1.09.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – PESSOAL ATIVO RPPS	153.593,51
26/08/2021	090048 - - TRF 2ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.1.1.1.1.09.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – PESSOAL ATIVO RPPS - ATUALIZAÇÃO	446,61
17/09/2021	090048 - - TRF 2ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.1.1.1.1.09.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – PESSOAL ATIVO RPPS - ATUALIZAÇÃO	533,47
23/09/2021	090051 - - TRF 4ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.1.1.1.1.09.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – PESSOAL ATIVO RPPS	207.236,68
30/09/2021	090049 - - TRF 1ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.1.1.1.1.09.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – PESSOAL ATIVO RPPS	142.355,78
21/10/2021	090048 - - TRF 2ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.1.1.1.1.09.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – PESSOAL ATIVO RPPS - ATUALIZAÇÃO	545,87
24/11/2021	090048 - - TRF 2ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.1.1.1.1.09.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – PESSOAL ATIVO RPPS - ATUALIZAÇÃO	607,90
10/12/2021	090048 - - TRF 2ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.1.1.1.1.09.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – PESSOAL ATIVO RPPS - ATUALIZAÇÃO	731,97
30/12/2021	090049 - - TRF 1ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.1.1.1.1.09.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – PESSOAL ATIVO RPPS – COMPLEMENTO	5.055,36
Total			511.107,15

Fonte: SIAFI, 2021

Segue abaixo a composição do saldo da conta Precatórios de Benefícios Previdenciários, cujo registro ocorre pelos respectivos Tribunais Regionais Federais:

Tabela 16 – Detalhamento de Precatórios de Benefícios Previdenciários

R\$			
Data	Unidade de Origem	Conta de Variação Diminutiva	Valor Lançado
05/08/2021	090047 - - TRF 3ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.2.1.2.1.09.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – APOSENTADORIAS RGPS	648.781,21
03/09/2021	090047 - - TRF 3ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.2.1.2.1.09.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – APOSENTADORIAS RGPS - ATUALIZAÇÃO	5.774,16
05/10/2021	090047 - - TRF 3ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.2.1.2.1.09.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – APOSENTADORIAS RGPS - ATUALIZAÇÃO	7.461,92
04/11/2021	090047 - - TRF 3ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.2.1.2.1.09.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – APOSENTADORIAS RGPS - ATUALIZAÇÃO	7.944,21
01/12/2021	090047 - - TRF 3ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.2.1.2.1.09.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – APOSENTADORIAS RGPS - ATUALIZAÇÃO	7.838,55
Total			677.800,05

Fonte: SIAFI, 2021

Torna-se importante destacar que no 4º trimestre surgiram Precatórios de Benefícios Previdenciários no Longo Prazo, que por serem pouco representativos (0,05%) em relação ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, estão sendo apresentados neste mesmo Subgrupo do Curto Prazo. Segue abaixo a composição:

Tabela 17 – Detalhamento de Precatórios de Benefícios Previdenciários a Longo Prazo

R\$			
Data	Unidade de Origem	Conta de Variação Diminutiva	Valor Lançado
29/12/2021	090047 - - TRF 3ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.2.1.2.1.09.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – APOSENTADORIAS RGPS	364.357,96
Total			364.357,96

Fonte: SIAFI, 2021

Nota 06 – Fornecedores e Contas a Pagar

O saldo em obrigações com fornecedores e contas a pagar, no curto Prazo, da ANS, em 31/12/2021, era de R\$ 55.047,99, todo ele relacionado a credores nacionais. O valor representativo do saldo face ao Passivo e Patrimônio Líquido é de 0,01%, e teve uma variação positiva de 96,08% quando comparado com o saldo em 31/12/2020. A tabela a seguir demonstra a composição:

Tabela 18 – Total de Fornecedores e Contas a Pagar – Curto Prazo

R\$			
	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Fornecedores e Contas a Pagar - Nacionais	55.047,99	28.074,09	96,08%
Total	55.047,99	28.074,09	96,08%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Todo o saldo encontra-se relacionado com obrigações a curto prazo, de modo que, segregando-se pelas Unidades Gestoras da ANS, os valores ficam assim divididos:

Tabela 19 – Fornecedores e Contas a Pagar – Curto Prazo por UG

R\$			
UG Executora	Denominação da UG Executora	31/12/2021	AV (%)
253003	Agência Nacional de Saúde Suplementar	53.553,16	97,28%
253032	Gerência Geral de Ressarcimento ao SUS	0,00	0,00%
253033	ANS - Coord. de Adm. Descentralizada / DF	1.494,83	2,72%
253034	ANS - Coord. de Adm. Descentralizada / SP	0,00	0,00%

Total	55.047,99	100,00%
--------------	------------------	----------------

Fonte: SIAFI, 2021

Os saldos, em 31/12/2021, por fornecedor, constam como segue:

Tabela 20 – Fornecedores e Contas a Pagar por Fornecedor – Curto Prazo

Fornecedor	R\$	
	31/12/2021	AV (%)
28.871.366/0001-55	17.766,56	32,28%
01.644.731/0001-32	10.771,85	19,57%
03.117.534/0001-90	10.646,68	19,34%
40.432.544/0001-47	10.261,43	18,64%
Demais	5.601,47	10,17%
Total	55.047,99	100,00%

Fonte: SIAFI, 2021

Conforme a tabela acima, esses fornecedores respondem por quase 90,00% das obrigações da ANS em aberto no encerramento do período sob análise. Os valores dizem respeito à:

- a) Fornecedor 28.871.366/0001-55: prestação de serviços de copeiragem, com fornecimento de todos os materiais, suprimentos e maquinários necessários ao atendimento da execução dos serviços na sede da ANS;
- b) Fornecedor 01.644.731/0001-32: prestação de serviço em sustentação de sistemas corporativos e desenvolvimento de arquitetura estrutural de software;
- c) Fornecedor 03.117.534/0001-90: prestação de serviços de empresa especializada na prestação de serviços de reprografia e digitalização de mão de obra, equipamentos, manutenção, suporte e assistência técnica, treinamento de pessoal e encadernação, com todos os insumos necessários, nas dependências da Sede da ANS, no Rio de Janeiro;
- d) Fornecedor 40.432.544/0001-47: prestação de serviço telefônico fixo comutado (fixo-fixo e fixo-móvel), na modalidade de longa distância nacional – LDN, a ser executado de forma contínua no Núcleo da ANS no Estado de Minas Gerais – Núcleo MG, localizado na cidade de Belo Horizonte.

Vale ressaltar que além dos valores registrados acima na conta de Contas a Pagar - Credores Nacionais, no Curto Prazo, existem três valores no Longo Prazo, que foram lançados no 4º trimestre, referentes à credores que já prestaram serviços para a ANS. Esses valores decorrem de empenhos que foram cancelados, referentes a despesas de exercícios anteriores e que se encontram com pendências judiciais, sem prazo definido para liberação conforme composição abaixo:

Tabela 21 – Fornecedores e Contas a Pagar por Fornecedor – Longo Prazo

Fornecedor	R\$	
	31/12/2021	AV (%)
15.176.065/0001-60	50.589,90	64,91%
15.121.128/0001-80	13.769,03	17,67%
10.696.939/0001-96	13.574,60	17,42%
Total	77.933,53	100,00%

Fonte: SIAFI, 2021

Nota 07 – Demais Obrigações a Curto prazo

O total de R\$ 157.389.310,77, em 31/12/2021, no subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo representa 19,94% do total de Passivo e Patrimônio Líquido, e teve variação positiva de 20,52%, em relação a 31/12/2020.

Tabela 22 – Composição de Demais Obrigações a Curto Prazo

	31/12/2021	AV (%)	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Consignações	804.002,43	0,51%	793.276,59	0,61%	1,35%
Depósitos Judiciais	2.828.830,67	1,80%	2.685.661,89	2,06%	5,33%
Depósitos Não Judiciais	29.940.595,62	19,02%	91.829.182,54	70,32%	-67,40%
Precatórios de Terceiros	123.815.882,05	78,67%	35.279.919,77	27,01%	250,95%
Total	157.389.310,77	100,00%	130.588.040,79	100,00%	20,52%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Segue abaixo a composição das Demais Obrigações a Curto prazo por UG da ANS:

Tabela 23 – Demais Obrigações a Curto Prazo por UG

UG Executora	Denominação da UG Executora	31/12/2021	AV (%)
253003	Agência Nacional de Saúde Suplementar	127.448.715,15	80,98%
253032	Gerência Geral de Ressarcimento ao SUS	29.940.595,62	19,02%
253033	ANS - Coord. de Adm. Descentralizada / DF	0,00	0,00%
253034	ANS - Coord. de Adm. Descentralizada / SP	0,00	0,00%
Total		157.389.310,77	100,00%

Fonte: SIAFI, 2021

Vale, ainda, o desmembramento por cada UG considerando a classificação por item:

Tabela 24 – Consignações por UG

UG Executora	Denominação da UG Executora	31/12/2021	AV (%)
253003	Agência Nacional de Saúde Suplementar	804.002,43	100,00%
253032	Gerência Geral de Ressarcimento ao SUS	0,00	0,00%
253033	ANS - Coord. de Adm. Descentralizada / DF	0,00	0,00%
253034	ANS - Coord. de Adm. Descentralizada / SP	0,00	0,00%
Total		804.002,43	100,00%

Fonte: SIAFI, 2021

Trata-se de valores ligados à Folha de Pagamento, tais como Pensão Alimentícia, Retenções – Empréstimos e Financiamentos e Previdência Complementar do Servidor, que por conta da implantação do novo fluxo de emissão de ordens bancárias e transferências financeiras é quitada no primeiro dia do mês seguinte, além de impostos e contribuições retidos, oriundos de pagamentos efetuados a terceiros, repassados em seguida para a UG credora.

Tabela 25 – Depósitos Judiciais por UG

UG Executora	Denominação da UG Executora	31/12/2021	AV (%)
253003	Agência Nacional de Saúde Suplementar	2.828.830,67	100,00%
253032	Gerência Geral de Ressarcimento ao SUS	0,00	0,00%
253033	ANS - Coord. de Adm. Descentralizada / DF	0,00	0,00%
253034	ANS - Coord. de Adm. Descentralizada / SP	0,00	0,00%
Total		2.828.830,67	100,00%

Fonte: SIAFI, 2021

Só apresenta saldo a UG Sede e todo ele é referente a depósitos decorrentes de contestações das operadoras face a penalidades aplicadas pela ANS, bem como, em alguns casos, questionamentos acerca de cobrança da Taxa de Saúde Suplementar.

Tabela 26 – Depósitos Não Judiciais por UG

			R\$
UG Executora	Denominação da UG Executora	31/12/2021	AV (%)
253003	Agência Nacional de Saúde Suplementar	0,00	0,00%
253032	Gerência Geral de Ressarcimento ao SUS	29.940.595,62	100,00%
253033	ANS - Coord. de Adm. Descentralizada / DF	0,00	0,00%
253034	ANS - Coord. de Adm. Descentralizada / SP	0,00	0,00%
Total		29.940.595,62	100,00%

Fonte: SIAFI, 2021

A UG SUS representou, no período em análise, 100% dos depósitos não judiciais, que são valores que devem ser repassados ao Fundo Nacional de Saúde (UG 257001), decorrentes da arrecadação prevista no art. 32 da Lei n.º 9.656/98 (recursos que apenas transitam pela ANS – vide Nota 01: Caixa e Equivalentes a Caixa).

Tabela 27 – Precatórios de Terceiros por UG

			R\$
UG Executora	Denominação da UG Executora	31/12/2021	AV (%)
253003	Agência Nacional de Saúde Suplementar	123.815.882,05	100,00%
253032	Gerência Geral de Ressarcimento ao SUS	0,00	0,00%
253033	ANS - Coord. de Adm. Descentralizada / DF	0,00	0,00%
253034	ANS - Coord. de Adm. Descentralizada / SP	0,00	0,00%
Total		123.815.882,05	100,00%

Fonte: SIAFI, 2021

Trata-se de precatórios registrados no SIAFI por Unidades Gestoras dos Tribunais Regionais Federais da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões. Até 2018, os valores de precatórios a serem pagos eram lançados em contas do próprio Tribunal responsável (contas de passivo e variação patrimonial diminutiva). A partir do final de 2018, para os precatórios a serem pagos a partir de 2019, o registro das obrigações de precatórios passou a ter reflexos nas entidades devedoras. Assim, os lançamentos são feitos por cada Tribunal com base na informação do Conselho de Justiça Federal – CJF e no banco de precatórios informado pelo setor responsável em cada Tribunal. Essa alteração de procedimento, vale dizer, segue o orientado pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão 2455/2017 - TCU - Plenário (TC 026.106/2016-7), o qual determinou, dentre outras recomendações, o ajuste nos procedimentos que impactam a contabilização dos Precatórios e Requisições de Pequeno Valor na Justiça Federal. Após as movimentações ocorridas no período sob análise, a nova composição fica como demonstrada no quadro abaixo:

Tabela 28 – Detalhamento de Precatórios de Terceiros (CP)

			R\$
Data	Unidade de Origem	Conta de Variação Diminutiva	Valor Lançado
26/07/2021	090048 - TRF 2ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.3.1.11.00 - SENTENCAS JUDICIAIS - SERVICOS TERCEIROS – PJ	4.130.904,58
26/07/2021	090048 - TRF 2ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.3.1.11.00 - SENTENCAS JUDICIAIS - SERVICOS TERCEIROS – PJ	247.510,75
05/08/2021	090047 - TRF 3ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.3.1.11.00 - SENTENCAS JUDICIAIS - SERVICOS TERCEIROS – PJ	7.894.032,09
26/08/2021	090048 - TRF 2ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.3.1.11.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – SERV. TERCEIROS – PJ - ATUALIZAÇÃO	11.358,48
26/08/2021	090048 - TRF 2ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.3.1.11.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – SERV. TERCEIROS – PJ - ATUALIZAÇÃO	1.253,91
03/09/2021	090047 - TRF 3ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.3.1.11.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – SERV. TERCEIROS – PJ - ATUALIZAÇÃO	24.651,15

06/09/2021	090052 – TRF 5ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.2.1.10.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – SERVIÇOS DE TERCEIROS – PF	555.469,51
17/09/2021	090048 - TRF 2ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.3.1.11.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – SERV. TERCEIROS – PJ - ATUALIZAÇÃO	13.651,74
17/09/2021	090048 - TRF 2ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.3.1.11.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – SERV. TERCEIROS – PJ - ATUALIZAÇÃO	1.535,50
23/09/2021	090051 - TRF 4ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.2.1.10.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – SERVIÇOS DE TERCEIROS – PF	2.602.905,17
30/09/2021	090049 - TRF 1ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.3.1.11.00 - SENTENCAS JUDICIAIS - SERVICOS TERCEIROS – PJ	103.229.660,88
05/10/2021	090047 - TRF 3ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.3.1.11.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – SERV. TERCEIROS – PJ - ATUALIZAÇÃO	25.235,66
21/10/2021	090048 - TRF 2ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.3.1.11.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – SERV. TERCEIROS – PJ - ATUALIZAÇÃO	14.529,85
21/10/2021	090048 - TRF 2ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.3.1.11.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – SERV. TERCEIROS – PJ - ATUALIZAÇÃO	1.821,32
04/11/2021	090047 - TRF 3ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.3.1.11.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – SERV. TERCEIROS – PJ - ATUALIZAÇÃO	28.100,70
24/11/2021	090048 - TRF 2ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.3.1.11.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – SERV. TERCEIROS – PJ - ATUALIZAÇÃO	16.049,00
24/11/2021	090048 - TRF 2ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.3.1.11.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – SERV. TERCEIROS – PJ - ATUALIZAÇÃO	1.969,42
01/12/2021	090047 - TRF 3ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.3.1.11.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – SERV. TERCEIROS – PJ - ATUALIZAÇÃO	33.823,06
10/12/2021	090048 - TRF 2ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.3.1.11.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – SERV. TERCEIROS – PJ - ATUALIZAÇÃO	18.701,13
13/12/2021	090048 - TRF 2ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.3.1.11.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – SERV. TERCEIROS – PJ - ATUALIZAÇÃO	2.093,30
27/12/2021	090052 – TRF 5ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.2.1.10.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – SERV. TERCEIROS – PF - ATUALIZAÇÃO	5.857,18
31/12/2021	090049 - TRF 1ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.3.1.11.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – SERV. TERCEIROS – PJ – COMPLEMENTO	1.359.896,37
31/12/2021	090048 - TRF 2ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.3.1.11.00 - SENTENCAS JUDICIAIS - SERVICOS TERCEIROS – PJ	2.942.329,00
21/12/2021	090048 - TRF 2ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.3.1.11.00 - SENTENCAS JUDICIAIS - SERVICOS TERCEIROS – PJ	652.542,30
Total			123.815.882,05

Fonte: SIAFI, 2021

Nota 08 – Demais Obrigações a Longo prazo

O total de R\$ 9.372.669,37, em 31/12/2021, na rubrica Demais Obrigações a Longo Prazo representava 1,19% do total do Passivo e Patrimônio Líquido e houve uma variação positiva de 329,49%, quando comparada ao saldo, em 31/12/2020, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 29 – Composição de Demais Obrigações a Longo Prazo

	R\$				
	31/12/2021	AV (%)	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Depósitos Não Judiciais	8.732,37	0,09%	8.732,37	0,40%	0,00%
Precatórios de Terceiros	9.363.937,00	99,91%	2.173.539,64	99,60%	330,82%
Total	9.372.669,37	100,00%	2.182.272,01	100,00%	329,49%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Tabela 30 – Precatórios de Terceiros por UG

				R\$
UG Executora	Denominação da UG Executora	31/12/2021	AV (%)	
253003	Agência Nacional de Saúde Suplementar	9.363.937,00	100,00%	
253032	Gerência Geral de Ressarcimento ao SUS	0,00	0,00%	
253033	ANS - Coord. de Adm. Descentralizada / DF	0,00	0,00%	
253034	ANS - Coord. de Adm. Descentralizada / SP	0,00	0,00%	

Total	9.363.937,00	100,00%
--------------	---------------------	----------------

Fonte: SIAFI, 2021

Vide explicação sobre precatórios na Nota 7 – Demais Obrigações a Curto Prazo.

O saldo de Precatórios de Terceiros apresenta-se conforme composição abaixo, cujos registros foram feitos pelas Unidades Gestoras dos Tribunais Regionais Federais das 1ª, 3ª e 4ª Regiões:

Tabela 31 – Detalhamento de Precatórios de Terceiros (LP)

			R\$
Data	Unidade de Origem	Conta de Variação Diminutiva	Valor Lançado
29/12/2021	090047 - TRF 3ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.3.1.11.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	7.313.673,05
31/12/2021	090051 - TRF 4ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.2.1.10.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – SERVIÇOS DE TERCEIROS – PF	1.741.450,53
31/12/2021	090049 - TRF 1ª REGIÃO - PRECATÓRIOS	3.3.2.3.1.11.00 - SENTENCAS JUDICIAIS – SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	308.813,42
Total			9.363.937,00

Fonte: SIAFI, 2021

Nota 09 – Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Agência é de longe o item mais representativo entre todas as classes patrimoniais, ocupando 76,15% do total, e teve variação negativa de 13,12% com relação a 31/12/2020.

Tabela 32 – Composição do Patrimônio Líquido

				R\$
	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	
Superávit ou Déficit de Exercícios Anteriores	691.730.274,00	719.286.336,55	-3,83%	
Superávit ou Déficit do Exercício	(90.867.745,16)	(14.024.143,57)	377,11%	
Ajustes de Exercícios Anteriores	125.096,59	(13.531.918,98)	101,50%	
Total	600.987.625,43	691.730.274,00	5,65%	

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Vale atenção quanto ao saldo registrado em Ajuste de Exercícios Anteriores, cujo montante corresponde a lançamentos que decorrem de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior. No caso da ANS, os ajustes a conta desse item corresponderam às seguintes transações:

- 1) Em 15jun21, a crédito, a UG 090048 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região efetuou registro referente à atualização do registro de precatórios de natureza alimentar, no valor de R\$.45.543,32;
- 2) Em 20jul21, a crédito, a UG 090048 – Tribunal Regional Federal da 2ª Região efetuou registro referente à ajuste de saldo de precatórios alimentares e não alimentares, atualizados até julho de 2021, no valor de R\$ 494.567,37;
- 3) Em 30/09/2021, a débito, ajuste de saldos de empréstimos a receber (parcelados) por pagamentos baixados em exercícios anteriores, conforme Nota 2 – Créditos a Receber, no valor de R\$ 88.738,73;
- 4) Em 30/09/2021, a débito, ajuste de saldos de empréstimos a receber (parcelados) por pagamentos baixados em exercícios anteriores, conforme Nota 2 – Créditos a Receber, no valor de R\$ 31.010,18;
- 5) Em 30/09/2021, a débito, ajuste de saldos de empréstimos a receber (parcelados) por pagamentos baixados em exercícios anteriores, conforme Nota 2 – Créditos a Receber, no valor de R\$ 34.538,21;
- 6) Em 30/09/2021, a débito, ajuste de saldos de empréstimos a receber (parcelados) por pagamentos baixados em exercícios anteriores, conforme Nota 2 – Créditos a Receber, no valor de R\$ 182.793,45;

- 7) Em 30/11/2021, a débito, referente a empenho cancelado, mas que constitui um passivo de longo prazo, que se encontra com pendência judicial, conforme Nota 6 – Fornecedores e Contas a Pagar, no valor de R\$ 13.769,03;
- 8) Em 30/11/2021, a débito, referente a empenho cancelado, mas que constitui um passivo de longo prazo, que se encontra com pendência judicial, conforme Nota 6 – Fornecedores e Contas a Pagar, no valor de R\$ 13.574,60;
- 9) Em 30/11/2021, a débito, referente a empenho cancelado, mas que constitui um passivo de longo prazo, que se encontra com pendência judicial, conforme Nota 6 – Fornecedores e Contas a Pagar, no valor de R\$ 50.589,90;
- 10) Totalizando as movimentações acima chegamos ao saldo credor de R\$ 125.096,59.

Nota 10 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Até 31/12/2021 a Agência Nacional de Saúde Suplementar teve resultado de R\$ 42.195.304,73 decorrente da Taxa de Saúde Suplementar (TSS), único tributo de competência da Agência e que foi estabelecida pela Lei n.º 9.961/00. No entanto, comparada ao mesmo período no exercício passado, esse valor sofreu uma redução de 12,81%. Com relação às variações patrimoniais aumentativas (VPA) desse período, ela responde por 4,35% do total. Apenas a UG Sede possui números nessa rubrica e sua movimentação ocorre basicamente pela execução da receita orçamentária dentro do exercício.

Tabela 33 – VPAs Tributárias

				R\$
Título	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	42.195.304,73	48.394.584,72	-12,81%	
Total	42.195.304,73	48.394.584,72	-12,81%	

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

A título de informação, a TSS pode ser dividida em dois grandes grupos – taxa por planos de assistência à saúde (TSS/TPS) e taxa por atos, sendo que esse último contempla outras cinco modalidades:

- Taxa por Registro de Produto – TSS/TRP
- Taxa por Registro de Operadora – TSS/TRO
- Taxa por Alteração de Dados Referente a Produto – TSS/TAP
- Taxa por Alteração de Dados Referente à Operadora – TSS/TAO
- Taxa por Pedido de Reajuste de Contraprestação Pecuniária – TSS/TRC

O resultado decorrente da TSS por modalidade está explicitado abaixo:

Tabela 34 – Resultado de Taxas por Modalidade

					R\$
Modalidade	31/12/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)	
Taxa por Planos de Assistência à Saúde - TSS/TPS	19.785.506,60	24.910.595,10	46,89%	-20,57%	
Taxa Registro de Produto - TSS/TRP	5.455.708,08	7.653.959,81	12,93%	-28,72%	
Taxa Registro de Operadora - TSS/TRO	116.501,28	146.143,97	0,28%	-20,28%	
Taxa Alteração de Dados Referente a Produto - TSS/TAP	13.081.876,47	12.452.180,94	31,00%	5,06%	
Taxa por Alteração de Dados Referente à Operadora - TSS/TAO	3.037.998,44	2.105.354,81	7,20%	44,30%	
Taxa por Pedido de Reajuste de Contraprestação Pecuniária - TSS/TRC	717.713,86	1.126.350,09	1,70%	-36,28%	
Total	42.195.304,73	48.394.584,72	100,00%	-12,81%	

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 11 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

O montante de R\$ 1.292.105,49 no período responde por apenas 0,13% do total de VPA, embora tenha apresentado vultosa variação em termos relativos face ao mesmo período do exercício passado (aumento de 71,70%):

Tabela 35 – Composição da Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

				R\$
Título	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Serviços	1.292.105,49	752.523,04	71,70%	
Total	1.292.105,49	752.523,04	71,70%	

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Participa desse total apenas a UG Sede, incrementando o resultado pelo pagamento, por parte das operadoras, de encargos para formalização de Termos de Compromisso e de Ajuste de Conduta (TC e TCAC, RN n.º 372/2015), e, em menor escala, serviços de reprografia:

Tabela 36 – Composição do Valor Bruto da Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

R\$		
Modalidade	31/12/2021	AV (%)
Encargos para Formalização de TC e TCAC - RN n.º 372/2015	1.291.483,14	93,34%
Serviços de Reprografia	622,35	6,66%
Total	1.292.105,49	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 12 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

A ANS teve R\$ 6.824.771,35 decorrentes de VPAs financeiras, 0,70% do total e 408,06% a mais do que no exercício anterior. As variações podem ser desmembradas conforme a seguir:

Tabela 37 – Composição de VPAs Financeiras

R\$			
Título	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos	5.243.583,63	0,00	N/A
Juros e Enc. de Mora sobre Créditos Tributários	68.400,19	71.504,85	-4,34%
Outros Juros e Encargos de Mora	619,82	0,00	N/A
Remuneração de Aplicações Financeiras	1.512.167,71	1.271.787,25	18,90%
Total	6.824.771,35	1.343.292,10	408,06%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

O destaque nesse grupo de contas fica a cargo dos Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos, os quais representam a atualização dos saldos existentes na conta de Empréstimos Concedidos a Receber (vide Nota 02 – Créditos a Receber, do Balanço Patrimonial). Tais valores são registrados por força da aplicação da Taxa SELIC (art. 37-A da Lei n.º 10.522/02 c/c § 3º do art. 5º da Lei n.º 9.430/96 e art. 47 da Resolução Normativa n.º 300/12) sobre recursos que são adiantados às operadoras de planos de saúde quando da instituição de algum regime especial, a saber, direção técnica, direção fiscal ou liquidação extrajudicial (art. 24 da Lei n.º 9.656/98 c/c § 2º do art. 33 da Lei n.º 9.961/00). O montante elevado justifica-se pelo fato de até então a ANS não os registrar no SIAFI, representando valores represados, em que pese o controle pela área de arrecadação. O registro permite, portanto, o conhecimento fidedigno dos saldos que a ANS tem a receber por esses adiantamentos.

Sobre os demais saldos, Juros e Enc. de Mora sobre Créditos Tributários e Outros Juros e Encargos de Mora são basicamente atualização de valores quando do atraso do pagamento da TSS ou outras guias recebidas pela ANS, enquanto Remuneração de Aplicações Financeiras são rendimentos obtidos por meio da aplicação de recursos na conta única. Isso (juros e remuneração) só ocorre na UG Sede.

Nota 13 - Transferências e Delegações Recebidas

Nesse item de demonstrativo, totalizado em R\$ 324.238.973,49, estão discriminadas principalmente as transferências de valores decorrentes da execução orçamentária e as independentes da execução orçamentária. Representa 33,43% do total de VPAs e teve aumento de 1,83% com relação ao exercício passado:

Tabela 38 – Composição de Transferências e Delegações Recebidas

			R\$
Título	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	281.773.601,46	292.131.947,80	-3,55%
Transferências Recebidas Independente da Execução Orçamentária	42.465.372,03	26.134.617,68	62,49%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	139.833,92	-100,00%
Total	324.238.973,49	318.406.399,40	1,83%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Em Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária estão contemplados os repasses (UG Sede – 99,10% do total) e sub-repasses (UG CAD/DF – 0,90% do total) recebidos. A redução de 3,55% tem explicação na redução do total de repasse recebido até então (3,30%, aproximadamente R\$ 9,52 milhões a menos), embora o item sub-repasses apresente maior redução em termos percentuais (24,66%, porém R\$ 834 mil):

Tabela 39 – Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária

			R\$
Item	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Repasso Recebido	279.226.296,87	288.750.853,58	-3,30%
Sub-repasso Recebido	2.547.304,59	3.381.094,22	-24,66%
Total	281.773.601,46	292.131.947,80	-3,55%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Quanto às Transferências Independentes da Execução Orçamentária, englobam valores recebidos para pagamentos de restos a pagar e para restituição de valores arrecadados via GRU, além de saldos transpostos de outras UGs (Movimentações de Saldos Patrimoniais), como por exemplo arrecadação de dívida ativa da ANS pela PGF, e doações recebidas. Houve variação de 62,49% nesse saldo com relação ao ano passado, sendo ela explicada pelo montante maior recebido no período para pagamento de restos a pagar – 1733,43% (a variação em si ocorreu devido ao pagamento da folha ter ocorrido apenas no dia 04/01/2021. Embora a apropriação tenha se dado por competência ainda em 2020, em contas de variações patrimoniais diminutivas, o numerário para pagamento foi transferido apenas em 2021, o que impacta esse item especificamente) e pelo aumento da arrecadação de dívida ativa da ANS pela PGF – 39,55%. Do total registrado na conta, R\$ 42.164.206,03 estão na UG Sede e R\$ 301.166,00 na CAD/DF.

Tabela 40 – Detalhamento das Transferências Independentes da Execução Orçamentária

			R\$
Item	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Transferências Recebidas p/ Pagamento de Restos a Pagar	7.477.144,98	407.823,48	1733,43%
Demais Transferências Recebidas	265.000,00	845.000,00	-68,64%
Movimentações de Saldos Patrimoniais	34.723.227,05	24.881.794,20	39,55%
Total	42.465.372,03	26.134.617,68	62,49%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Nota 14 - Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos

Essa conta representa os saldos de ativos novos descobertos, nascidos ou apreendidos, bem como a contrapartida da desincorporação de passivos, incluindo as baixas de passivo decorrentes do cancelamento de restos a pagar. Representa 3,86% do total de variações aumentativas no exercício e sofreu variação de aproximadamente 5,56% com relação ao ano anterior:

Tabela 41 – Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos

	R\$		
Título	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Reavaliação de Imobilizado	0,00	2.444,35	-100,00%
Outros ganhos com incorporação de ativos	49.022,15	768.030,99	-93,62%
Ganhos com desincorporação de passivos	37.418.083,22	34.722.271,30	7,76%
Total	37.467.105,37	35.492.746,64	5,56%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Em ganhos com incorporação de ativos, exercício 2020, o valor dizia respeito ao registro da contrapartida referente ao Termo de Execução Descentralizada (TED) n.º 02/2019 – R\$ 298.030,99, firmado com o Instituto Nacional de Cardiologia para avaliação de tecnologias em saúde em análise para inclusão no rol de procedimentos e ao n.º 01/2020 – R\$ 120.000,00, firmado com o Instituto Nacional do Câncer com o mesmo propósito e, por fim, o 02/2020 – R\$ 350.000,00, firmado com a Fundação Oswaldo Cruz para elaboração de estudos técnico-científicos visando o desenvolvimento de metodologia de avaliação do modelo de atenção à saúde das operadoras. Já em 2021, sem os TEDs, o saldo de R\$ 49.022,15 representa a incorporação de valores cuja inscrição em dívida ativa foi cancelada e retornado para a fase administrativa (o que explica a queda de aproximadamente 94% nesse título).

Em desincorporação de passivos, explica-se que ao final do exercício de 2018, por orientação do Conselho Nacional de Justiça, as movimentações de precatórios passaram a ser registradas pelos Tribunais Federais nas entidades devedoras (tanto no reconhecimento de passivos contra variações patrimoniais diminutivas, quanto no desconhecimento contra variações aumentativas, nesse caso). O saldo nesse título, portanto, diz respeito, majoritariamente, às baixas de precatórios registradas pelos Tribunais, que nesse ano ocorreram conforme abaixo (constam R\$ 37,13 de contribuições previdenciárias cujo saldo já havia sido liquidado):

Tabela 42 – Desincorporação de Passivos Referentes a Precatórios

Data	Origem	Discriminação	Valor (R\$)
18/05/2021	TRF 5ª Região	Transferência de Precatórios para o Poder Judiciário	4.219.265,00
04/06/2021	TRF 5ª Região	Transferência de Precatórios para o Poder Judiciário	7.695,06
16/06/2021	TRF 2ª Região	Transferência de Precatórios para o Poder Judiciário	6.981.709,89
17/06/2021	TRF 2ª Região	Transferência de Precatórios para o Poder Judiciário	458.801,35
17/06/2021	TRF 4ª Região	Transferência de Precatórios para o Poder Judiciário	69.742,23
17/06/2021	TRF 4ª Região	Transferência de Precatórios para o Poder Judiciário	13.839.370,98
21/06/2021	TRF 3ª Região	Transferência de Precatórios para o Poder Judiciário	709.100,04
22/06/2021	TRF 1ª Região	Transferência de Precatórios para o Poder Judiciário	3.211.243,15
22/06/2021	TRF 1ª Região	Transferência de Precatórios para o Poder Judiciário	4.977.981,90
01/07/2021	TRF 3ª Região	Transferência de Precatórios para o Poder Judiciário	0,01
02/08/2021	TRF 3ª Região	Transferência de Precatórios para o Poder Judiciário	250.979,09
21/09/2021	TRF 4ª Região	Transferência de Precatórios para o Poder Judiciário	85.748,89
21/09/2021	TRF 4ª Região	Transferência de Precatórios para o Poder Judiciário	683.847,95
30/09/2021	TRF 1ª Região	Transferência de Precatórios para o Poder Judiciário	1.922.560,55
22/06/2021	TRF 1ª Região	Transferência de Precatórios para o Poder Judiciário	4.977.981,90
01/07/2021	TRF 3ª Região	Transferência de Precatórios para o Poder Judiciário	0,01
02/08/2021	TRF 3ª Região	Transferência de Precatórios para o Poder Judiciário	250.979,09
21/09/2021	TRF 4ª Região	Transferência de Precatórios para o Poder Judiciário	85.748,89
21/09/2021	TRF 4ª Região	Transferência de Precatórios para o Poder Judiciário	683.847,95
30/09/2021	TRF 1ª Região	Transferência de Precatórios para o Poder Judiciário	1.922.560,55

Total
37.418.046,09

Fonte: SIAFI, 2021

Nota 15 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Nesse item constam as VPAs não classificadas anteriormente e são o grupo mais representativo em relação ao total das variações patrimoniais aumentativas, com 57,51%. Esse item sofreu redução de 30,44% em relação ao exercício passado, destacando-se as vultosas variações percentuais nos itens Indenizações, Restituições e Ressarcimentos (-68,49%) e VPA decorrentes de fatores geradores diversos (-27,98%), cujos saldo estão discriminados conforme abaixo e as explicações expostas logo a seguir:

Tabela 43 – Composição de Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

			R\$
Título	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Reversão de Ajustes para Perdas	8.403.278,41	0	0,00%
Multas Administrativas	351.767.261,71	393.903.509,44	-10,70%
Indenizações e Restituições	74.791.167,73	237.378.992,16	-68,49%
VPA decorrentes de fatores geradores diversos	122.796.591,90	170.515.219,70	-27,98%
Total	557.758.299,75	801.797.721,30	-30,44%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

As multas administrativas, que representam mais da metade do total aqui registrado, contemplam o processo sancionador da Agência e junto com a TSS são as duas principais fontes de arrecadação da ANS: os registros de ambas acompanham a atividade de cobrança da própria Agência no decorrer do exercício. Face ao mesmo período do exercício passado, apresentou variação para menos em 10,70%, pouco mais de R\$ 42,13 milhões.

Em Indenizações, Restituições e Ressarcimentos são contabilizados valores devolvidos à Agência por situações diversas, como por exemplo pagamentos a maior identificados posteriormente, devoluções diversas quando o fato gerador da despesa incorreu, e, a até então mais representativa, contrapartida do reconhecimento inicial de créditos encaminhados à inscrição em dívida ativa na UG SUS, que decorrem da arrecadação prevista no art. 32 da Lei n.º 9.656/98. Esse último item, que no exercício passado apresentava saldo de R\$ 237,38 milhões, nesse período apresenta apenas R\$ 74,79 milhões, redução de mais de 68,49%, cuja origem reflete a redução do volume de inscrições de créditos em dívida ativa dessa natureza observadas nos sistemas de cobrança da ANS.

O mesmo motivo explica a redução de 27,98% no título VPA decorrentes de fatores geradores diversos: junto com Indenizações, Restituições e Ressarcimentos, os registros decorrem em parte pela atividade de cobrança da PF/ANS e PGF/AGU dos créditos inscritos em dívida ativa (via GRU) e pelas movimentações desses créditos tais como observadas nos sistemas de cobrança e conforme orientações da Macrofunção 02.11.02 – Dívida Ativa da União. A queda no volume de inscrições, portanto, também afeta esse título.

Além das reduções observadas em virtude da queda no volume de inscrições em dívida ativa, acompanhada ainda do aumento no volume de baixas de créditos inscritos (seja por pagamento ou simplesmente desincorporação por perdas, administrativas ou judiciais), outra consequência direta passou a ser o fato de que o montante registrado em ajustes para perdas por vezes tem superado o saldo registrado em dívida ativa de longo prazo. Em vista disso, observa-se agora o saldo de R\$ 8,40 milhões em reversão de ajustes para perdas, que nada mais é do que a aplicação do fator de ajuste calculado no exercício de 2020 sobre os saldos remanescentes após a contabilização mensal das movimentações da dívida (novas inscrições, baixas, mora e atualizações).

Nota 16 - Pessoal e Encargos

Os gastos com pessoal e encargos respondem por 19,50% do total de VPAs do período, e com relação ao mesmo período no exercício passado sofreu aumento marginal de 1,05%. Só a UG Sede realiza pagamentos referentes a pessoal, sendo que a ANS não possui apenas servidores efetivos, mas

também temporários e comissionados, o que explica o gasto identificado em rubricas específicas tanto do regime próprio quanto do regime geral de previdência. As VPDs de Pessoal e Encargos no período podem ser mais bem detalhadas desta forma:

Tabela 44 – Detalhamento das VPDs com Pessoal e Encargos

			R\$
Título	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - RPPS	145.761.482,57	144.298.451,73	1,01%
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - RGPS	4.079.456,15	4.729.040,72	-13,74%
Encargos Patronais - RPPS	32.051.226,28	30.799.726,77	4,06%
Encargos Patronais - RGPS	1.197.576,06	1.457.009,61	-17,81%
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	1.138.719,96	1.179.624,27	-3,47%
Benefícios a Pessoal - RPPS	3.997.439,82	4.229.623,30	-5,49%
Benefícios a Pessoal - RGPS	340.803,01	403.062,61	-15,45%
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	536.986,22	46.211,47	1062,02%
Total	189.103.690,07	187.142.750,48	1,05%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Os gastos com pessoal temporário ou comissionado seguem em tendência de queda, haja vista redução percentual nas rubricas específicas do regime geral de previdência (remuneração, encargos e benefícios, respectivamente -13,74%, -17,81% e -15,45%). Nesse período, em comparação com o exercício passado, revertendo tendência de queda, a remuneração do pessoal efetivo sofreu um leve aumento de 1,01%, acompanhado pelos encargos patronais: 4,06%. Esse aumento evidencia o impacto das novas alíquotas de previdência, vigentes a partir de 01/03/2020, posto serem progressivas. Em contrapartida, entretanto, foi observada redução no pagamento de benefícios a pessoal do RPPS (-5,49%). O gasto com pessoal requisitado apresentou expressivo aumento (1062,02%) do exercício de 2020 para 2021, o que reflete a materialização de normas mais flexíveis no âmbito da Administração Pública Federal no que diz respeito a movimentação de pessoal (Lei n.º 8.112/90, Decreto n.º 10.835/21 e Portaria ME n.º 282/2020, por exemplo). Em 2020, até outubro, a ANS contava com um colaborador nessa situação. Em 2021, contamos com três ao custo médio mensal de R\$ 37 mil, e, ainda, saldo remanescente de novembro e dezembro de 2020, formalizados em 2021, de R\$ 53 mil.

Vale mencionar, ainda, que há registrados em Remuneração a Pessoal Ativo Civil – RPPS R\$ 530.835,22 decorrentes de sentenças judiciais, dos quais R\$ 512.281,42 são relacionados a lançamentos efetuados por Tribunais Regionais Federais a título de provisão para pagamento de precatórios, tendo como contrapartida o registro de passivo na conta Precatórios de Terceiros. Os demais são valores consignados diretamente em folha de pagamento em cumprimento a sentenças judiciais. No exercício passado, foram R\$ 134.186,76, sendo R\$ R\$ 105.497,29 originários dos Tribunais e R\$ 28.689,47 consignados diretamente.

Nota 17 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Compreende o valor total das variações patrimoniais diminutivas da Agência basicamente com aposentadorias e pensões, além de outros benefícios previdenciários de caráter contributivo do RPPS. Com relação ao acumulado de VPA do exercício, responde por apenas 1,00% do total, porém, sofreu variação de 20,26% se comparada com o exercício passado, com aumento nos dois primeiros subgrupos (Aposentadorias e reformas e Pensões), destacando-se o aumento do gasto com aposentadorias (25,90%), e redução em Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais. A exemplo do grupo anterior, apenas a UG Sede possui números nesse grupo:

Tabela 45 – Detalhamento das VPDs com Benefícios Previdenciários e Assistenciais

			R\$
Subgrupo	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Aposentadorias e reformas	7.785.316,25	6.183.606,64	25,90%
Pensões	848.854,43	779.110,79	8,95%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.067.079,07	1.103.861,81	-3,33%

Total 9.701.249,75 8.066.579,24 20,26%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Nota 18 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Registra as variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da Agência, compreendendo diárias, material de consumo, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, aluguéis, depreciação, entre outras. Está respondendo por 23,03% do total de VPA, e sofreu variação positiva de 63,19% face ao exercício anterior:

Tabela 46 – Composição das VPDs com Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Subgrupo	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	R\$
Uso de Materiais de Consumo	32.339,29	89.564,07	-63,89%	
Serviços	220.716.671,70	134.314.405,81	64,33%	
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.560.144,26	2.438.589,62	4,98%	
Total	223.309.155,25	136.842.559,50	63,19%	

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Apenas as UGs Sede e CAD/DF são executoras e recebem orçamento, portanto, são as únicas que contabilizam VPD nesse grupo, com a primeira respondendo por R\$ 220,99 milhões (98,96%) e a segunda por R\$ 2,32 milhões (1,04%).

No caso das VPDs pelo Uso de Materiais de Consumo, vale registro a queda de mais de 60%, cujos saldos estão divididos em uso de material estocado (R\$ 30.135,14), gêneros alimentícios (R\$ 594,15), material de processamento de dados (R\$ 120,00) e compras de material para consumo imediato (R\$ 1.490,00). Quanto à Depreciação, Amortização e Exaustão, a maior parte diz respeito à Depreciação (R\$ 2,32 milhões, 90,68%) e uma parte menor a título de Amortização (R\$ 238,56 mil, 9,32% - vide Nota do BP referente ao Intangível). O montante mais relevante nesse grupo diz respeito às VPDs com serviços, detalhada a seguir:

Tabela 47 – Composição das VPDs com Serviços

Título	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)	R\$
Diárias	95.227,35	67.466,82	41,15%	0,04%	
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	5.965.878,91	19.797.770,84	-69,87%	2,70%	
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	214.655.565,44	114.449.168,15	87,56%	97,25%	
Total	220.716.671,70	134.314.405,81	64,33%	100,00%	

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Os gastos no título Diárias reverteram a tendência de queda que se apresentava desde os primeiros trimestres de 2020, ainda que com valores de pouca representatividade. No entanto, a reversão pode ter explicação no relaxamento das medidas de isolamento social adotadas pelas autoridades de saúde em contexto de pandemia.

Tabela 48 – Detalhamento das VPDs com Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Subtítulo	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)	R\$
Serviços Técnicos Profissionais	49.055,01	52.566,99	-6,68%	0,82%	
Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	1.892,85	160,00	1083,03%	0,03%	
Serviços Administrativos	0,00	67.570,26	-100,00%	0,00%	
Locações e Arrendamentos	522.283,46	482.400,18	8,27%	8,75%	
Serviços Educacionais e Culturais	357.247,19	547.191,39	-34,71%	5,99%	
Sentenças Judiciais - Serviços de Terceiros	5.035.400,40	18.647.882,02	-73,00%	84,40%	

Total	5.965.878,91	19.797.770,84	-69,87%	100,00%
--------------	---------------------	----------------------	----------------	----------------

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Em Serviços de Terceiros – Pessoa Física, Serviços Técnicos Profissionais (-6,68%), Serviços Administrativos (-100,00%), Serviços Educacionais e Culturais (-34,71%) e Sentenças Judiciais – Serviços de Terceiros (-73,00%) sofreram redução, ao passo que Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional (1083,03%) e Locações e Arrendamentos (8,27%) variaram para mais. No geral, a conta apresentou expressiva redução de 69,87%.

Quanto à Sentenças Judiciais – Serviços de Terceiros PF, conta que no mesmo período do exercício passado apresentou movimentação de R\$ 18,65 milhões, e que agora apresenta R\$ 5,04 milhões (R\$ 13,61 milhões a menos, -73,00%), são valores que, desde o exercício de 2018, por orientação do Conselho Nacional de Justiça, representam movimentações de precatórios que passaram a ser registradas pelos Tribunais Federais nas entidades devedoras (tanto no desconhecimento de passivos, contra variações aumentativas, quanto no reconhecimento, contra variações patrimoniais diminutivas). O saldo, portanto, representa essa incorporação, que no presente exercício ocorreu conforme os valores registrados abaixo pelos Tribunais:

Tabela 49 – Reconhecimento de Passivos Referentes a Precatórios (PF)

Data	Origem	Discriminação	Valor (R\$)
29/01/2021	TRF 4ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	18.228,36
26/02/2021	TRF 4ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	16.595,33
31/03/2021	TRF 4ª Região	Reconhecimento de valores referentes a Precatórios	23.929,80
30/04/2021	TRF 4ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	1.386,21
30/04/2021	TRF 4ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	22.273,16
18/05/2021	TRF 5ª Região	Reconhecimento de valores referentes a Precatórios	24.225,16
01/06/2021	TRF 4ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	15.384,93
18/05/2021	TRF 5ª Região	Reconhecimento de valores referentes a Precatórios	7.695,06
06/09/2021	TRF 5ª Região	Reconhecimento de valores referentes a Precatórios	555.469,51
23/09/2021	TRF 4ª Região	Reconhecimento de valores referentes a Precatórios	2.602.905,17
01/06/2021	TRF 4ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	15.384,93
18/05/2021	TRF 5ª Região	Reconhecimento de valores referentes a Precatórios	7.695,06
06/09/2021	TRF 5ª Região	Reconhecimento de valores referentes a Precatórios	555.469,51
23/09/2021	TRF 4ª Região	Reconhecimento de valores referentes a Precatórios	2.602.905,17
27/12/2021	TRF 5ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	5.857,18
31/12/2021	TRF 4ª Região	Reconhecimento de valores referentes a Precatórios	1.741.450,53
Total			5.035.400,40

Fonte: SIAFI, 2021

Antes do comentário sobre as contas do título Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, cabe explicação quanto ao item Sentenças Judiciais - Serviços de Terceiros PJ, da mesma forma que seu item homônimo no título dos Serviços de Terceiros – Pessoa Física: em sua maioria os saldos são movimentações de precatórios registradas pelos Tribunais Federais nas entidades devedoras tanto no desconhecimento de passivos, contra variações aumentativas, quanto no reconhecimento, contra variações patrimoniais diminutivas, sendo este o caso. Nota-se uma vultosa variação, da ordem de mais de R\$ 103,23 milhões, decorrentes de um registro feito pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (UG 090049), refletindo o saldo de precatórios a serem pagos por aquele Tribunal no exercício de 2022 e seguintes, cujo impacto será suportado pelas unidades gestoras responsáveis pela dívida (no caso, a 253003, Sede- ANS).

Tabela 50 – VPDs com Serviços de Terceiros (PJ) – Sentenças Judiciais

R\$				
Item	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
Sentenças Judiciais - Serviços de Terceiros	128.498.902,47	15.495.164,59	729,28%	20,23%
Total	128.498.902,47	15.495.164,59	729,28%	20,23%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Esse lançamento representou praticamente sozinho os mais de 729,28% de variação, o que fez esse item ocupar 60% do título Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, não necessariamente refletindo as atividades operacionais da Agência. No acumulado, as variações do item foram as seguintes:

Tabela 51 – Reconhecimento de Passivos Referentes a Precatórios (PJ)

Data	Origem	Discriminação	Valor (R\$)
06/01/2021	TRF 3ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	823,00
19/01/2021	TRF 2ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	12.836,41
03/02/2021	TRF 3ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	771,57
02/03/2021	TRF 3ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	668,69
03/03/2021	TRF 2ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	11.074,17
19/03/2021	ANS	Pagamento de honorários advocatícios	5.277,57
25/03/2021	TRF 2ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	8.689,91
05/04/2021	TRF 3ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	1.028,75
19/04/2021	TRF 2ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	9.832,58
19/04/2021	TRF 2ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	4.469,13
04/05/2021	TRF 3ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	1.080,21
12/05/2021	TRF 2ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	10.324,20
12/05/2021	TRF 2ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	2.919,25
02/06/2021	TRF 3ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	1.388,81
14/06/2021	TRF 2ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	13.273,98
22/06/2021	TRF 1ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	134.331,98
22/06/2021	TRF 1ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	5.975,60
26/07/2021	TRF 2ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	4.130.904,58
26/07/2021	TRF 2ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	247.510,75
05/08/2021	TRF 3ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	7.894.032,09
26/08/2021	TRF 2ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	11.358,48
26/08/2021	TRF 2ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	1.253,91
03/09/2021	TRF 3ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	24.651,15
17/09/2021	TRF 2ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	13.651,74
17/09/2021	TRF 2ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	1.535,50
30/09/2021	TRF 1ª Região	Reconhecimento de valores referentes a Precatórios	103.229.660,88
30/09/2021	TRF 1ª Região	Reconhecimento de valores referentes a Precatórios	197.689,16
05/10/2021	TRF 3ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	25.235,66
21/10/2021	TRF 2ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	14.529,85
21/10/2021	TRF 2ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	1.821,32
04/11/2021	TRF 3ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	28.100,70
24/11/2021	TRF 2ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	16.049,00
24/11/2021	TRF 2ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	1.969,42

01/12/2021	TRF 3ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	33.823,06
10/12/2021	TRF 2ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	18.701,13
13/12/2021	TRF 2ª Região	Atualização monetária sobre saldos de Precatórios	2.093,30
29/12/2021	TRF 3ª Região	Reconhecimento de valores referentes a Precatórios	7.313.673,05
31/12/2021	TRF 1ª Região	Reconhecimento de valores referentes a Precatórios	111.124,26
31/12/2021	TRF 1ª Região	Reconhecimento de valores referentes a Precatórios	1.359.896,37
31/12/2021	TRF 2ª Região	Reconhecimento de valores referentes a Precatórios	2.942.329,00
31/12/2021	TRF 2ª Região	Reconhecimento de valores referentes a Precatórios	652.542,30
Total			128.498.902,47

Fonte: SIAFI, 2021

Quanto aos demais itens do título Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, não considerando o saldo de Sentenças Judiciais conforme explicado acima, o que vemos foi uma redução de 12,93% nos gastos da Agência com relação ao exercício passado (refletindo a queda de praticamente todos os itens, exceto Água/Esgoto, Energia, Gás e Outros; Serviços Educacionais e Culturais e Conservação/Manutenção de Ativos de Infraestrutura). Cinco itens acabaram concentrando aproximadamente 97% de todo o montante – Serviços Técnicos Profissionais (60,76%), Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional (17,33%), Locação e Arrendamento Mercantil Operacional (9,76%), Serviços de Comunicação, Gráficos e de Audiovisual (6,73%) e Serviços de Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros (2,36%):

Tabela 52 – Detalhamento das VPDs com Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Item	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
Serviços Técnicos Profissionais	52.348.946,64	55.117.837,64	-5,02%	60,76%
Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	14.933.824,12	19.620.900,58	-23,89%	17,33%
Serviços de Comunicação, Gráficos e de Audiovisual	5.802.023,61	6.833.588,17	-15,10%	6,73%
Serviços de Transporte, Passagem, Locomoção e Hospedagem	744.703,81	994.469,46	-25,12%	0,86%
Serviços Administrativos	1.180.215,05	2.711.679,83	-56,48%	1,37%
Serviços de Confeccões	0,00	2.224,00	-100,00%	0,00%
Serviços de Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros	2.030.423,15	1.960.369,76	3,57%	2,36%
Locação e Arrendamento Mercantil Operacional	8.410.055,19	11.083.888,31	-24,12%	9,76%
Serviços Educacionais e Culturais	518.357,94	462.193,84	12,15%	0,60%
Seguros em Geral	9.808,48	14.501,98	-32,36%	0,01%
Conservação/Manutenção de Ativos de Infraestrutura	178.304,98	152.349,99	17,04%	0,21%
Total	86.156.662,97	98.954.003,56	-12,93%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Nota 19 - Transferências e Delegações Concedidas

As variações patrimoniais diminutivas da ANS com transferências são registradas nesse grupo de contas, sendo que as principais decorrem de transferências financeiras relativas à execução orçamentária, bens e valores concedidos decorrentes de transferências para outras Unidades Gestoras e transferências ao exterior. É o segundo grupo de VPD com maior representatividade face ao total de VPA do período, 45,94%, e sofreu variação marginal em comparação ao exercício passado (-1,53%):

Tabela 53 – Composição de Transferências e Delegações Concedidas

Subgrupo	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Transferências Intragovernamentais	445.146.663,29	452.088.319,19	-1,54%
Transferências ao Exterior	257.129,15	192.080,79	33,87%
Outras Transferências e Delegações	94.760,28	148.452,85	-36,17%

Total **445.498.552,72** **452.428.852,83** **-1,53%**

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

O total de R\$ 445.498.552,72 está praticamente todo concentrado na UG Sede (apenas R\$ 320.161,36 foram registrados no CAD/DF, a título de repasse concedido). O saldo em Transferências ao Exterior é relativo à taxa anual de membro da Associação Internacional de Supervisores de Seguros – International Association of Insurance Supervisors – IAIS, da qual a ANS faz parte e em Outras Transferências e Delegações constam doações de bens móveis feitas pela Agência nesse exercício. Desse grupo, vale maior o subgrupo Transferências Intragovernamentais, o qual tem seu total desmembrado conforme a seguir:

Tabela 54 – Detalhamento das Transferências Intragovernamentais

			R\$
Item	31/12/2021	31/12/2020	AV (%)
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	2.980.185,96	3.816.995,22	-21,92%
Repasse Concedido	431.186,00	435.901,00	-1,08%
Sub-repasse Concedido	2.547.304,59	3.381.094,22	-24,66%
Devolução do Diferido	1.695,37	0,00	N/A
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	442.166.477,33	448.271.323,97	-1,36%
Transferências Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar	301.166,00	223.867,92	34,53%
Demais Transferências Concedidas	23.470,00	1.352,07	1635,86%
Movimento de Saldos Patrimoniais	441.835.541,12	448.046.103,98	-1,39%
Movimentações de Variação Patrimonial Diminutiva	6.300,21	0,00	N/A
Total	445.146.663,29	452.088.319,19	-1,54%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

O valor mais relevante, o qual inclusive ocupa quase a totalidade desse grupo de VPD, diz respeito a transferência de saldos entre Unidades Gestoras (Movimento de Saldos Patrimoniais). No caso da ANS, ele se refere a toda receita fonte tesouro que transita pela ANS. Seu saldo é passível de ser conciliado, por exemplo, com as variações patrimoniais aumentativas de Taxas, Multas (as decorrentes de poder de polícia) e Dívida Ativa, quando arrecadados por GRU.

Nota 20 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Esse grupo possui o total de R\$ 192.840.230,57, representa 19,80% do total de VPAs e teve redução de 55,72% com relação ao exercício passado. Contempla as variações patrimoniais diminutivas com desvalorização e perda de ativos, inclusive os respectivos ajustes para perdas:

Tabela 55 – Composição de Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

			R\$
Subgrupo	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Aj. p/ perdas	148.934.487,52	401.203.873,46	-62,88%
Perdas Involuntárias	1.898,09	0,00	N/A
Desincorporação de Ativos	43.903.844,96	34.293.426,91	28,02%
Total	192.840.230,57	435.497.300,37	-55,72%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

A existência de saldos no subgrupo Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Aj. p/ perdas é explicada pelo fato de que nesse exercício, a exemplo do exercício anterior, os saldos das contas de ajustes de perdas de dívida ativa, tanto a tributária quanto a não tributária, terem sido menores do que o esperado de não realização considerando a histórico de recebimento dos últimos três exercícios.

Na UG Sede, parte é controlada internamente (SCDA) e outra parte é controlada pelo sistema de gestão de créditos da AGU (SAPIENS Dívida), ao qual não temos acesso. Por esse motivo, são levados em consideração apenas os recebimentos que transitaram somente pela Agência: como há inscrições

concomitantes nos dois sistemas, e a ANS não tem conhecimento do volume inscrito por meio do sistema SAPIENS Dívida, não é possível contabilizar nas contas de dívida ativa da UG Sede os saldos daquele sistema, pelo que, por questão de metodologia, também é desconsiderado o volume arrecadado oriundo do mesmo. Como consequência, os valores refletem tão somente a movimentação do sistema interno de controle de créditos inscritos em dívida ativa (SCDA), onde se vê piora na recuperação dos créditos inscritos em dívida ativa tributária (aumento de 35,22% no ajuste) e melhora nos inscritos em dívida ativa não tributária (redução de 59,37%).

Já na UG Ressarcimento ao SUS, por enquanto, todo o montante é controlado pelo sistema de arrecadação da ANS para o ressarcimento ao SUS (SCI). Nesse caso, partindo do princípio de que a Procuradoria Geral Federal Junto à ANS vem efetuando as inscrições nos prazos previstos em lei, a movimentação da conta tende a ser mais próxima da realidade, levando à conclusão que a redução de 63,68% no ajuste para perdas de dívida ativa naquela unidade representa uma melhora na recuperação desses créditos.

O descrito nos dois parágrafos anteriores é mais bem observado a seguir:

Tabela 56 – Detalhamento do Ajuste para Perdas

Item	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Tributária	397.978,54	294.328,12	35,22%
UG Sede	397.978,54	294.328,12	35,22%
Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	148.536.508,98	400.909.545,34	-62,95%
UG Sede	27.542.350,94	67.782.871,85	-59,37%
UG Ressarcimento ao SUS	120.994.158,04	333.126.673,49	-63,68%
Total	148.934.487,52	401.203.873,46	-62,88%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Quanto ao montante, conforme adiantado, a metodologia para estimar o esperado de não realização baseia-se no histórico de recebimentos dos últimos três exercícios (o que se encerra mais os dois anteriores - 2021, 2020 e 2019, no caso). Para tanto, está sendo utilizado como fator de ajuste a seguinte fórmula:

$$f_n = M_r / M_{sda}, \text{ para cada exercício}$$

$$F = 1 - [(f_1 + f_2 + f_3) / 3]$$

Onde,

f_n é a relação entre a média mensal de recebimentos e a média dos saldos mensais das contas de créditos inscritos em dívida ativa, para cada exercício;

M_r é a média dos recebimentos mensais de cada exercício, calculada com base no total arrecadado conforme a natureza do crédito, dividido pelos 12 meses do exercício;

M_{sda} é média dos saldos mensais das contas de créditos inscritos em dívida ativa, calculada pelo somatório do saldo dessas contas ao final de cada mês, dividido pelos 12 meses do exercício;

F é o fator a ser aplicado sobre o total do saldo atualizado das contas de dívida ativa para se obter o ajuste para perdas.

Quadro 01 – Memória de Cálculo de Ajuste p/ Perdas – UG Sede

Ajuste p/ Perdas - UG Sede				
Ano	Arrecadação Líquida	Média Mensal (a)	Média Saldos Mensais DA (b)	$f_n = a/b$
2019 (f1)	44.273.485,31	3.689.457,11	2.361.406.472,32	0,00156
2020 (f2)	47.602.848,93	3.966.904,08	2.453.987.295,33	0,00162
2021 (f3)	63.473.361,37	5.289.446,78	2.477.825.362,52	0,00213

F = 1 - [(f1+f2+f3)/3]	0,99823
Saldo Dez/2021 - Dívida Ativa Tributária (c)	114.787.790,93
Saldo Dez/2021 - Ajuste de perdas de Dívida Ativa Tributária	114.186.638,00
Calculado - Ajuste de perdas de Dívida Ativa Tributária (F . c)	114.584.616,54
Valor a ajustar	397.978,54

Saldo Dez/2021 - Dívida Ativa Não Tributária (c)	2.377.183.224,56
Saldo Dez/2021 - Ajuste de perdas de Dívida Ativa Não Tributária	2.345.433.259,31
Calculado - Ajuste de perdas de Dívida Ativa Não Tributária (F . c)	2.372.975.610,25
Valor a ajustar	27.542.350,94

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 02 – Memória de Cálculo de Ajuste p/ Perdas – UG SUS

Ajuste p/ Perdas - UG SUS				
Ano	Arrecadação Líquida	Média Mensal (a)	Média Saldos Mensais DA (b)	fn = a/b
2019 (f1)	74.410.589,12	6.200.882,43	1.356.913.375,14	0,00457
2020 (f2)	68.742.654,70	5.728.554,56	1.636.225.113,48	0,00350
2021 (f3)	77.776.495,90	6.481.374,66	1.803.666.067,40	0,00359
F = 1 - [(f1+f2+f3)/3]				0,99611

Saldo Dez/2021 - Dívida Ativa Não Tributária (c)	1.864.338.389,02
Saldo Dez/2021 - Ajuste de perdas de Dívida Ativa Não Tributária	1.736.091.954,65
Calculado - Ajuste de perdas de Dívida Ativa Não Tributária (F . c)	1.857.086.112,69
Valor a ajustar	120.994.158,04

Fonte: Elaboração Própria

Por fim, em Desincorporação de Ativos, entre outros registros, estão os lançamentos de destinação dos encargos legais previstos nos Decretos-Lei n.º 1025/69 e 1569/77 à Advocacia-Geral da União, quando do recebimento de créditos inscritos em dívida ativa por meio de GRUs emitidas pelo sistema SAPIENS Dívida, sendo o percentual incidente de 20% ou 10% do valor da dívida a depender da fase de execução fiscal. Há também saldos referentes a empréstimos concedidos e não pagos, baixados por perdas, bem como, na mesma situação, créditos inscritos em dívida ativa baixados tanto na UG Sede quanto na UG SUS. A variação de 28,02% reflete justamente o aumento no volume de baixas, a exemplo do que observamos na Nota 15 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas, fatos não ocorridos com tanta frequência no exercício de 2020. O valor de R\$ 1.898,09 em Perdas Involuntárias diz respeito a baixa administrativa de bens móveis na UG CAD/DF.

Nota 21 – Tributárias e Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Os saldos constantes nesses grupos representam juntos 0,01% do total de VPAs, sendo que apenas a UG Sede possui variação registrada.

Tabela 57 – Composição de VPDs Tributárias

Título	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Taxas	0,00	54.060,40	-100,00%
Contribuições Sociais	32.881,93	20.770,37	58,31%
Contribuição para Serviço de Iluminação Pública	68.377,54	68.015,16	0,53%

R\$

Total	101.259,47	142.845,93	-29,11%
--------------	-------------------	-------------------	----------------

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

No caso das VPDs Tributárias, título Contribuições Sociais, o valor é composto basicamente de recolhimento de PASEP, em conformidade com o determinado no inc. III do art. 2º e no inc. III do art. 8º da Lei n.º 9.715/1998, e, ainda, no art. 10 da Lei 10.637/2002. Esses dispositivos estabelecem a alíquota de 1% incidente sobre as receitas próprias arrecadadas pela UG, a ser recolhida mensalmente. Contam também com Contribuições para Serviços de Iluminação Pública (COSIP) em municípios onde a ANS possui sede e efetuam essa cobrança em separado. No primeiro caso, aumento de 58,31% e - 0,53% no segundo. No total, o grupo de VPDs Tributárias apresentou 29,11% de redução muito em conta da não incidência, no período atual, de valores referentes a Taxa de Coleta de Lixo, tal como no exercício passado.

Tabela 58 – Composição de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

			R\$
Título	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Indenizações e Restituições	90.167,51	90.500,42	-0,37%
Total	90.167,51	90.500,42	-0,37%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Quanto a Outras VPDs, os valores contemplam somente indenizações, a maior parte delas decorrentes de ajudas de custo a servidores, removidos de ofício ou nomeados vindos de outras unidades da federação. Com relação ao exercício passado, praticamente não apresentou variação (-0,37%).

Nota 22 – Resultado Patrimonial

Quadro 03 – DVP Resumida

R\$ mil				
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2021	2020	AH	-R\$
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	42.195,30	48.394,58	-12,81%	-6.199,28
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.292,11	752,52	71,70%	539,59
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	6.824,77	1.343,29	408,06%	5.481,48
Transferências e Delegações Recebidas	324.238,97	318.406,40	1,83%	5.832,57
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	37.467,11	35.492,75	5,56%	1.974,36
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	557.758,30	801.797,72	-30,44%	-244.039,42
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	969.776,56	1.206.187,27	-19,60%	-236.410,71
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2021	2020	AH	-R\$
Pessoal e Encargos	189.103,69	187.142,75	1,05%	1.960,94
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	9.701,25	8.066,58	20,26%	1.634,67
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	223.309,16	136.842,56	63,19%	86.466,60
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,02	-100,00%	-0,02
Transferências e Delegações Concedidas	445.498,55	452.428,85	-1,53%	-6.930,30
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	192.840,23	435.497,30	-55,72%	-242.657,07
Tributárias	101,26	142,85	-29,11%	-41,59
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	90,17	90,50	-0,36%	-0,33
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	1.060.644,31	1.220.211,41	-13,08%	-159.567,10
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	-90.867,75	-14.024,14	547,94%	-76.843,61

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

No exercício de 2021, a ANS apresentou Resultado Patrimonial negativo em R\$ 90.867.745,16, com uma piora de aproximadamente R\$ 77 milhões se comparado a 2020. A explicação, como se pode observar, resta tanto no lado das variações aumentativas, mais precisamente em Outras Variações Patrimoniais Aumentativas (vide nota 15), onde se observa queda de mais de R\$ 244,04 milhões, quanto no lado das variações diminutivas, que mesmo com a expressiva queda no item Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos (-R\$ 242,66 milhões, 55,72%), quase suficiente para compensar a queda no total de variações aumentativas, apresentou em Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo um aumento de R\$ 86,47 milhões, equivalentes a 63,19%. A queda no item Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria nas variações aumentativas, de R\$ 6,2 milhões, tem correlação direta com a queda também no item Transferências e Delegações Concedidas, de R\$ 6,93 milhões, pois toda receita fonte tesouro que transita pela ANS acaba sendo contabilizada como variação aumentativa segundo seu fato gerador, mas ao mesmo tempo gera uma variação diminutiva, pois os recursos são automaticamente repassados ao Tesouro Nacional.

Outro ponto de destaque diz respeito a alguns valores que vêm sendo contabilizados nos demonstrativos da Agência desde 2018: por orientação do Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais Regionais Federais passaram a registrar nas entidades devedoras as movimentações de precatórios, tanto na desincorporação de passivos contra variações aumentativas, quanto no reconhecimento de passivos contra variações diminutivas. Na ANS, esses valores aparecem nas contas de Ganhos com Desincorporação de Passivos (vide nota 14) e Sentenças Judiciais – Serviços de Terceiros PF e PJ (vide nota 18) respectivamente. Abaixo, o resultado patrimonial sem essas movimentações:

Quadro 04 – Resultado Ajustado

R\$ mil				
	2021	2020	AH	-R\$
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-90.867,75	-14.024,14	547,94%	-76.843,61
Ganhos com Desincorporação de Passivos (-)	-37.418,08	-34.722,27	7,76%	-2.695,81
Sentenças Judiciais – Serviços de Terceiros PF (+)	5.035,40	18.647,88	-73,00%	-13.612,48
Sentenças Judiciais – Serviços de Terceiros PJ (+)	128.498,90	15.495,16	729,28%	113.003,74
RESULTADO PATRIMONIAL AJUSTADO	5.248,47	-14.603,37	547,94%	-76.843,61

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Nota 23 – Resultado Orçamentário
Quadro 04 – Resumo Receita Realizada x Despesa Empenhada

R\$ mil

	2021	2020	AH	~R\$
RECEITA ARRECADADA (I)	384.722,46	403.216,35	-4,59%	-18.493,89
Receitas Tributárias	57.128,74	47.950,41	19,14%	9.178,33
Receita Patrimonial	2.783,29	1.979,51	40,60%	803,78
Receitas de Serviços	0,62	50,09	-98,76%	-49,47
Outras Receitas Correntes	324.809,81	353.236,33	-8,05%	-28.426,52
DESPESA EMPENHADA (II)	290.888,53	303.960,80	-4,30%	-13.072,27
Pessoal e Encargos Sociais	191.511,83	187.776,31	1,99%	3.735,52
Outras Despesas Correntes	97.363,88	111.527,57	-12,70%	-14.163,69
Investimentos	4,65	1.753,28	-99,73%	-1.748,63
Inversões Financeiras	2.008,17	2.903,63	-30,84%	-895,46
SUPERÁVIT (I - II)	93.833,93	99.255,55	-5,46%	-5.421,62

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Em 2021, sob o ponto de vista orçamentário, a ANS tornou a apresentar superávit (R\$ 93,83 milhões), porém 5,46% menor do que no exercício passado. No lado da receita arrecadada, a piora, que em termos absolutos representou R\$ 18,49 milhões, como se pode observar, está calcada principalmente na queda de arrecadação em Outras Receitas Correntes (majoritariamente multas), onde a ANS deixou de arrecadar mais de R\$ 28 milhões, atenuados pela melhora nos valores de Receitas Tributárias (+ R\$ 9,18 milhões) e Receitas Patrimoniais (+R\$ 803,78 mil). No lado das despesas orçamentárias, com exceção de Pessoal e Encargos, cujo aumento pode ser considerado marginal (1,99%, +R\$ 3,74 milhões), observamos redução em todas os demais grupos de despesas, representando juntos uma economia de R\$ 16,81 milhões, uma melhora de R\$ 13,07 milhões em termos absolutos. O saldo menor de superávit, portanto, tem explicação pela queda na arrecadação (-R\$ 18,49 milhões), compensada em parte com a economia das despesas empenhadas (-R\$ 13,07 milhões), o que em termos absolutos representou R\$ 5,42 milhões.

Quadro 05 – Execução de Restos a Pagar no Exercício

R\$ mil

EXERCÍCIO	INSCRITOS		PAGOS		CANCELADOS		SALDO		EXECUÇÃO	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	14.901,08	22.960,37	7.521,27	13.199,48	6.208,93	9.558,89	1.170,88	202,00	92,14%	99,12%
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	11.135,52	11.673,98	11.135,48	11.673,98	0,04	0,00	0,00	0,00	100,00%	100,00%
TOTAL	26.036,60	34.634,35	18.656,75	24.873,46	6.208,97	9.558,89	1.170,88	202,00	95,50%	99,42%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Pelo quadro, a execução apresentou uma piora com relação ao exercício anterior, 95,50% contra 99,42%. Isso significa dizer que em 2021, comparado a 2020, a ANS terminou com R\$ 1,17 milhões ainda a serem executados de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, contra R\$ 202 mil em 2020.

Quadro 06 – Inscrição de Restos a Pagar no Exercício

R\$ mil

	PROCESSADOS			NÃO PROCESSADOS			TOTAIS		
	2021	2020	AH	2021	2020	AH	2021	2020	AH
Pessoal e Encargos Sociais	11.149,97	10.577,13	5,42%	104,96	0,00	N/A	11.254,93	10.577,13	6,41%
Outras Despesas Correntes	501,89	558,39	-10,12%	11.159,04	14.171,25	-21,26%	11.660,92	14.729,64	-20,83%
Investimentos	0,00	0,00	N/A	1,25	0,00	N/A	1,25	0,00	N/A
Inversões Financeiras	0,00	0,00	N/A	235,48	527,83	-55,39%	235,48	527,83	-55,39%
TOTAL	11.651,86	11.135,52	4,64%	11.500,72	14.699,08	-21,76%	23.152,58	25.834,59	-10,38%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

A exemplo do exercício passado, a maioria das inscrições no exercício são referentes a Outras Despesas Correntes (R\$ 11,16 milhões não processados e R\$ 501,89 mil processados), mas consideravelmente menos que o outro ano (-20,83% considerando ambos). Houve aumento no saldo inscrito no grupo de despesa Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 572,84 mil processados e R\$ 104,96 mil não processados). Quanto a isso, explica-se que a inscrição de valores desse grupo de despesa em restos a pagar processados ocorre pela forma como vem sendo realizada a apropriação da folha de pagamento de pessoal (vide notas 01 - Caixa e Equivalentes a Caixa e 05 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo), desde 2018. No geral, a Agência inscreveu menos 10,38% de créditos em restos a pagar do que no exercício anterior.

Nota 24 – Resultado Financeiro

No exercício de 2021, a ANS apresentou resultado financeiro negativo em aproximadamente R\$ 58,60 milhões. O mesmo pode ser evidenciado a partir do Balanço Patrimonial, de acordo com a variação do montante de Caixa e Equivalentes de 2020 para 2021:

Tabela 59 – Resultado Financeiro a partir do Balanço Patrimonial

	R\$ mil			
Subgrupo	31/12/2021	31/12/2020	Varição	AH (%)
Caixa e Equivalentes	55.810,23	114.411,85	-58.601,62	-51,22%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

A redução no saldo financeiro representou uma piora de mais de 328% se comparado ao resultado de 2019 para 2020 (quando o superávit financeiro ficou em R\$ 25,65 milhões). Seu detalhamento é mais bem explicado no Balanço Financeiro (resumo abaixo):

Tabela 60 – Resultado Financeiro – Composição

	R\$ mil		
	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Receita Orçamentária	384.722,46	403.216,35	-4,59%
Despesa Orçamentária	-290.888,53	-303.960,80	-4,30%
	93.833,93	99.255,55	-5,46%
Transferências Financeiras Recebidas	324.238,97	318.266,57	1,88%
Transferências Financeiras Concedidas	-445.140,36	-452.088,32	-1,54%
	-120.901,39	-133.821,75	-9,65%
Recebimentos Extraorçamentários	978.846,54	906.944,26	7,93%
Pagamentos Extraorçamentários	-1.010.380,70	-846.726,35	19,33%
	-31.534,16	60.217,91	-152,37%
Resultado Financeiro do Exercício	-58.601,62	25.651,71	-328,45%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

Sobre o resultado em si, cabe esclarecimento acerca de como são contabilizados os recursos financeiros, sem o que a análise se torna enviesada: no âmbito da ANS, nem sempre há correlação entre ingressos e dispêndios em se tratando de recursos provenientes da execução orçamentária. Isso porque, no momento da arrecadação, tudo o que é numerário decorrente de fonte tesouro (receita derivada, decorrente do poder de polícia atribuído à Agência) transita pelas Receitas Orçamentárias e pelas Transferências Financeiras Concedidas simultaneamente, de modo que tendem a se anular. Os recursos financeiros colocados à disposição da ANS para subsidiar suas atividades, por sua vez, foram repassados pelo órgão superior – Ministério da Saúde (até set/19) e pelo órgão central de programação financeira - Coordenação-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – COFIN/STN (de out/19 em diante, como consequência da Lei n.º 13.848/19), encontrando-se evidenciados em Transferências Financeiras Recebidas, enquanto os recursos financeiros de fato consumidos no órgão estão consolidados nas Despesas Orçamentárias.

Considerando os montantes e as relevantes variações, também vale comentário sobre os Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários: os valores que transitam por esses itens de demonstrativo, em sua maioria, dizem respeito a depósitos restituíveis no âmbito da UG Ressarcimento ao SUS (253032) e contemplam recursos provenientes da arrecadação prevista no art. 32 da Lei n.º 9.656/98. Como esses valores apenas transitam pela ANS, tendo por destinatário o Fundo Nacional de Saúde (UG 257001), é de se esperar a quase equivalência ante recebimentos x pagamentos (95,64% em 2019, 93,36% em 2020 e, pela primeira vez desde a divulgação das notas explicativas, 103,22% em 2021, evidenciando que a Agência repassou ao SUS nesse exercício recursos que já estavam em caixa decorrentes de exercícios anteriores). Nota-se, inclusive, aumento tanto nos recebimentos quanto nos pagamentos, 7,93% e 19,33% (embora com a ressalva feita anteriormente), demonstrando retomada no aumento do volume de ressarcimento por parte das operadoras de planos de saúde a

partir do esforço da Agência, que havia sido revertido em parte no exercício de 2020 considerando o contexto operacional em meio a uma pandemia.

Abaixo, demonstramos o resultado financeiro sob a ótica da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de forma resumida:

Tabela 61 – Geração de Caixa por Atividade – Resumo

	R\$ mil		
	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Fluxo de Caixa das Operações	-56.711,55	33.241,99	-270,60%
Fluxo de Caixa de Investimento	-1.890,07	-7.590,29	-75,10%
Fluxo de Caixa de Financiamento	0,00	0,00	0,00%
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes	-58.601,62	25.651,70	-328,45%
Caixa e Equivalentes Inicial	114.411,85	88.760,15	28,90%
Caixa e Equivalentes Final	55.810,23	114.411,85	-51,22%

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020